



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DAS CIDADES

Relatório de Desempenho Setorial

2022



Secretaria das Cidades

Centro Adm. Gov. Virgílio Távora • Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima – S/N

Ed. Seplag – 1º andar – Cambéa • CEP: 60.822-325

Fortaleza / CE • Fone: (85) 3108.2624

Junho/2023



Relatório de Desempenho Setorial 2022

Junho/2023



Expediente

Secretário de Estado das Cidades
José Jácome Carneiro Albuquerque

Secretário Executivo de Saneamento
Marcos César Cals de Oliveira

Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Raimundo Weber de Araújo

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna
Carlos Edilson Araújo

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento
Lilian Martins Nina Romcy



Responsáveis pelas informações

Coordenadoria de Desenvolvimento e Mobilidade Urbanos - CODUR

Sávio Aguiar Bastos Lira

Coordenadoria de Obras Urbanas - COURB

Juarez Fabrício de Medeiros

Coordenadoria de Saneamento - COSAN

Marcos César Cals de Oliveira (respondendo)

Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS

Waldemar Augusto da Silva Cardoso Pereira

Coordenadoria de Regularização Fundiária - COREF

Ricardo Durval Eduardo de Lima

Coordenadoria de Revitalização de Áreas Degradadas e Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) - COREV

Lana Aguiar de Araújo

Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano dos Polos Regionais Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II)

João Paulo Saraiva Cavalcante

Unidade de Gerenciamento do Programa de Saneamento Básico em Localidades Rurais do Estado do Ceará: Adaptação a Mudanças Climáticas - Programa Águas do Sertão (UGP PAS)

Antonio Negreiros Bastos Neto

Sumário

Apresentação.....	7
RESULTADOS E INDICADORES TEMÁTICOS E PROGRAMÁTICOS	11
Eixo Ceará Acolhedor.....	11
1. Tema Acesso à terra e moradia	13
1.1. Indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%).....	13
1.2. Programa 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	13
1.2.1. Indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)	13
1.2.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana.....	14
1.2.3. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana.....	15
1.3. Programa 113 - Habitação de interesse social na área rural.....	17
1.3.1. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural	17
1.3.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural	17
Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados.....	18
2. Tema Planejamento e Modernização da Gestão.....	19
2.1. Programa 241 - Governança Interfederativa das Regiões.....	19
2.1.1. Indicador Municípios com Plano Diretor	19
2.1.2. Indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana	19
Eixo Ceará de Oportunidades.....	20
3. Tema Infraestrutura e Mobilidade	21
3.1. Indicador Municípios com áreas urbanas requalificada (%).....	21
3.2. Programa 341 - Promoção da Requalificação Urbana.....	22
3.2.1. Indicador Área urbana requalificada (m ²)	22
Eixo Ceará Saudável.....	24
4. Tema Saneamento Básico.....	25
4.1. Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana.....	25
4.1.1. Indicador População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada	25
4.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	26
4.2. Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural.....	27

4.2.1. Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).....	27
4.2.2. Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).....	28
Eixo Ceará Sustentável	30
5. Tema Meio Ambiente	31
5.1. Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas.....	31
5.1.1. Indicador Área de risco eliminada (%).....	31
CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREGAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS DE GOVERNO	32
1. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111).....	35
1.1. Iniciativa 111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais. Entrega 1652-Serviço socioeducativo promovido (número absoluto)	36
1.2. Iniciativa 111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.....	37
1.2.1. Entrega 1337 - Equipamento social construído (número absoluto)	38
1.2.2. Entrega 1646 - Unidade habitacional implantada (número absoluto).....	39
1.3. Iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais. Entrega 1651- Unidade habitacional qualificada (número absoluto)	40
1.4. Iniciativa 111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana. Entrega 1829 - Cadastro de Imóvel Georreferenciado (número absoluto)	41
1.5. Iniciativa 111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)	42
1.6. Iniciativa 111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.	43
1.6.1. Entrega 1318-Unidade habitacional entregue (número absoluto)	43
1.6.2. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)	44
2. Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113)	45
2.1. Iniciativa 113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural. Entrega 1646-Unidade habitacional implantada (número absoluto)	45
2.2. Iniciativa 113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural. Entrega 1334-Fogão sustentável instalado (número absoluto).....	47
3. Programa Gestão Administrativa do Ceará (211).....	49
3.1. Iniciativa 211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos. Entrega 1500-Unidade pública administrativa estruturada (número absoluto)	49
3.2. Iniciativa 211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos. Entrega 1498-Servidor público qualificado (número absoluto)	50

3.3.	Iniciativa 211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Entrega 1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada (número absoluto)	51
3.4.	Iniciativa 211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos. Entrega 1502-Unidade pública administrativa mantida (número absoluto)	52
4.	Programa Encargos gerais do estado (212)	54
4.1.	Iniciativa 212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado.	54
4.2.	Iniciativa 212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais	55
5.	Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222)	56
5.1.	Iniciativa 222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará. Entrega 132-Concurso público realizado	56
6.	Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)	57
6.1.	Iniciativa 241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)	57
6.2.	Iniciativa 241.1.02 - Promoção do planejamento municipal. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)	58
6.3.	Iniciativa 241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios. Entrega 102-Capacitação realizada (número absoluto)	59
6.4.	Iniciativa 241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.	59
6.4.1.	Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)	59
6.4.2.	Entrega 1509-Assessoria realizada (número absoluto)	60
7.	Programa Atração e desenvolvimento industrial (331)	62
7.1.	Iniciativa 331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050. Entrega 184-Empreendimento implantado (número absoluto)	62
8.	Programa Promoção da requalificação urbana (341)	64
8.1.	Iniciativa 341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos. Entrega 1593-Espaço urbano requalificado (metro quadrado)	64
8.2.	Iniciativa 341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.	65
8.2.1.	Entrega 1332-Via implantada (metro quadrado)	65
8.2.2.	Entrega 1361-Via pavimentada (metro quadrado)	66
9.	Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343)	67
9.1.	Iniciativa 343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros - Entrega 1469-Passageiro de transporte público beneficiado (número absoluto)	67
10.	Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621)	69
10.1.	Iniciativa 621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água.	70

10.1.1.	Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (número absoluto).....	70
10.1.2.	Entrega 322-Ligação domiciliar de água realizada (número absoluto).....	71
10.1.3.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	72
10.1.4.	Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (número absoluto)	72
10.2.	Iniciativa 621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.....	72
10.2.1.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	72
10.2.2.	Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (número absoluto)	72
10.3.	Iniciativa 621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.	73
10.3.1.	Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (número absoluto)	73
10.3.2.	Entrega 324-Ligação domiciliar de esgoto realizada (número absoluto).....	75
10.3.3.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	75
10.3.4.	Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (número absoluto).....	76
10.4.	Iniciativa 621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.....	77
10.4.1.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	77
10.4.2.	Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (número absoluto)	77
10.5.	Iniciativa 621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.....	78
10.5.1.	Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (número absoluto).....	78
10.5.2.	Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto).....	79
10.5.3.	Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)	79
10.6.	Iniciativa 621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento. Entrega 237-Evento realizado (número absoluto)	80
10.7.	Iniciativa 621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso.	80
10.7.1.	Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (número absoluto)	80
10.7.2.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	81
10.8.	Iniciativa 621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento. Entrega 475- Projeto elaborado (número absoluto).....	81
10.9.	Iniciativa 621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.....	82
10.9.1.	Entrega 1709-Sistema de informação desenvolvido (número absoluto).....	82
10.9.2.	Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto).....	83
10.10.	Iniciativa 621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais. Entrega 934-Sistema de drenagem implantado (número absoluto)	83
11.	Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622).....	85
11.1.	Iniciativa 622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.	86
11.1.1.	Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)	86

11.1.2.	Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)	87
11.2.	Iniciativa 622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)	88
11.3.	Iniciativa 622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.	89
11.3.1.	Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)	89
11.3.2.	Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade).....	90
11.3.3.	Entrega 1595-Módulo sanitário implantado (unidade).....	91
11.4.	Iniciativa 622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.	91
11.4.1.	Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)	91
11.4.2.	Entrega 1596-Módulo sanitário melhorado (unidade)	92
11.5.	Iniciativa 622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural. Entrega 193-Entidade apoiada (unidade).....	92
11.6.	Iniciativa 622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.	93
11.6.1.	Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).....	93
11.6.2.	Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (unidade).....	94
11.7.	Iniciativa 622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (unidade)	95
12.	Programa Matriz energética do estado do Ceará (711)	96
12.1.	Iniciativa 711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural. Entrega 1566-Projeto de energia renovável implantado (unidade)	96
13.	Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722).....	97
13.1.	Iniciativa 722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.....	97
13.1.1.	Entrega 175-Dragagem executada (unidade).....	97
13.1.2.	Entrega 45-Área urbanizada (unidade).	98
13.2.	Iniciativa 722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.....	99
13.2.1.	Entrega 175-Dragagem executada (unidade).....	99
13.2.2.	Entrega 45-Área urbanizada (unidade).	100
13.3.	Iniciativa 722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).....	101
13.4.	Iniciativa 722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas. Entrega 425-Plano elaborado (unidade).....	102
13.5.	Iniciativa 722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).	103
13.6.	Iniciativa 722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).....	103
14.	Programa Resíduos Sólidos (726)	104



14.1. Iniciativa 726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.	104
14.1.1. Entrega 1509-Assessoria realizada (unidade)	104
14.1.2. Entrega 1721-Manual técnico disponibilizado (unidade).....	105
14.2. Iniciativa 726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.....	105
14.2.1. Entrega 1496-Central de Tratamento Implantada (unidade).....	105
14.2.2. Entrega 1722-Unidade de Tratamento Implantada (unidade).....	106
14.2.3. Entrega 475-Projeto elaborado (unidade).....	107
14.3. Iniciativa 726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem. Entrega 1725-Catador beneficiado (unidade).....	107
14.4. Iniciativa 726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)	108

Apresentação

A proposta de governo 7 Cearás – pactuada junto a sociedade cearense integra 7 eixos de articulação que compõem o Plano Plurianual 2020-2023, conforme estabelece a Lei Estadual Nº17.160, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Nº17.327, de 23 de outubro de 2020:

- 1 - Ceará Acolhedor
- 2 - Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- 3 - Ceará de Oportunidades
- 4 - Ceará do Conhecimento
- 5 - Ceará Pacífico
- 6 - Ceará Saudável e
- 7 - Ceará Sustentável

A Secretaria das Cidades, cuja missão institucional é “Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de planejamento urbano e metropolitano, estruturação e requalificação urbana, habitação, saneamento, mobilidade, fortalecimento institucional dos municípios e regularização fundiária; bem como obras de infraestrutura rodoviária, aeroportuária e de edificações” está inserida em 5 eixos de articulação: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável e Ceará Saudável.

No Eixo **Ceará Acolhedor**, a Secretaria está relacionada ao tema Acesso à terra e moradia, no Resultado temático de Governo “Proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano” e acompanhou o indicador temático de governo **Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana**.

Nesse mesmo tema, em nível programático, é responsável pelo programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana no Resultado “Famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos”, cuja evolução é acompanhada por meio de 3 (três) indicadores programáticos:

Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado;

Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana; e

Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana.

Ainda no tema, é responsável pelo programa Habitação de Interesse Social na Área Rural no resultado “Famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em domicílios considerados precários ou que não possuem moradia na área rural” e acompanha os indicadores:

Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural;

Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural.

No Eixo **Ceará da Gestão Democrática por Resultados** a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Planejamento e Modernização da Gestão, no Resultado temático “Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado”. É gestora do Programa Governança Interfederativa das Regiões cujo objetivo é ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. Acompanha os indicadores programáticos:

Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana;

Municípios com Plano Diretor;

Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas;

Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública;

Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) elaborado

No Eixo **Ceará de Oportunidades**, a Secretaria está relacionada ao tema Infraestrutura e Mobilidade, no Resultado temático “Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável, nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do estado”. Acompanhou a evolução desse resultado por meio do indicador temáticos: **Municípios com áreas urbanas requalificadas.**

Nesse mesmo tema, é gestora do programa Promoção da Requalificação Urbana, no Resultado “Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade”. Acompanha o indicador **Área urbana requalificada.**

No Eixo **Ceará Saudável**, a Secretaria das Cidades está relacionada ao tema Saneamento Básico no Resultado temático “População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais”. É gestora do programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana cujo objetivo é ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas. Acompanha a evolução desse resultado por meio de 2 (dois) indicadores programáticos:

População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água Tratada;

População urbana coberta por Sistema de Esgotamento Sanitário.

Ressalte-se que o esforço de trabalho da entidade vinculada do órgão Secretaria das Cidades, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), assim como dos demais prestadores de serviços, contribuem para a evolução dos indicadores de saneamento básico, notadamente de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A Secretaria também passa a ser gestora do programa Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural cujo objetivo é ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Acompanha a evolução desse resultado por meio dos seguintes indicadores programáticos:

Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

No Eixo **Ceará Sustentável**, a Secretaria está relacionada ao tema Meio Ambiente, no Resultado temático “Recursos ambientais com uso racional e sustentável”. Nesse tema é responsável pelo programa Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas cujo objetivo é “Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas”, cujo acompanhamento é realizado por meio do Indicador: **Área de risco eliminada.**

A Secretaria das Cidades atuou em 2022 no papel de Órgão Executor de iniciativas-Entregas do PPA 2020-2023 em 14 (quatorze) Programas de Governo:

Quadro 1 – Programas de Governo – Órgão Executor – Secretaria das Cidades – 2022.

Ord	Programa	Tema
1.	111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	1.1 - Acesso à terra e moradia
2.	113 - Habitação de Interesse Social na área rural	
3.	211 - Gestão Administrativa do Ceará	2.1 - Administração geral
4.	212 - Encargos Gerais do Estado	
5.	222 - Gestão e Desenvolvimento estratégico de pessoas	2.2 - Gestão e desenvolvimento de pessoas
6.	241 - Governança Interfederativa das Regiões	2.4 - Planejamento e modernização da gestão
7.	331 - Atração e Desenvolvimento Industrial	3.3 - Indústria
8.	341 - Promoção da Requalificação Urbana	3.4 - Infraestrutura e mobilidade
9.	343 - Mobilidade, Trânsito e Transporte	
10.	621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	6.2 - Saneamento básico
11.	622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	
12.	711 - Matriz Energética do Estado do Ceará	7.1 - Energias
13.	722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas	7.2 - Meio ambiente
14.	726 - Resíduos Sólidos	

Dos 14 (quatorze) Programas, 13 (treze) são objeto do Monitoramento do Plano Plurianual (PPA), processo coordenado pela Seplag que, em síntese, consiste no acompanhamento de Entregas, monitoramento de iniciativas prioritizadas e no monitoramento de Programas de Governo. É executado por meio da ferramenta informatizada Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Vale informar que o Programa Encargos Gerais do Estado (212) é de suporte/apoio e que, por esse motivo, não faz parte do escopo do processo de Monitoramento do PPA.

A Secretaria das Cidades desempenhou, ainda, o papel de Órgão Gestor de 7 (sete) Programas de Governo do PPA: 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana; 113 - Habitação de Interesse Social na área rural; 241 - Governança Interfederativa das Regiões; 341 - Promoção da Requalificação Urbana; 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana; 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural e 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas.

No esforço de trabalho de monitorar o PPA 2020-2023, que inclui o acompanhamento dos resultados temáticos e programáticos citados neste documento, a Secretaria das Cidades articulou em 2021 junto a 25 (vinte e cinco) atores, dos quais 11 (onze) áreas do órgão Secretaria das Cidades, 2 (duas) entidades vinculadas, 1(um) Fundo estadual e 11 (onze) órgãos do poder executivo.

As 11 (onze) áreas do órgão Secretaria das Cidades são:

1. Coordenadoria de Saneamento – Cosan;



2. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – Cdhis;
3. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento – Codip;
4. Coordenadoria Administrativo-financeira – Coafi;
5. Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II;
6. Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão – UGP PAS;
7. Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas e drenagem – RMF – COREV;
8. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb;
9. Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF;
10. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – Codur; e
11. Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-CE.

As 2 (duas) entidades vinculadas ao órgão Secretaria das Cidades são a Companhia de Água e Esgoto do Ceará–Cagece e a Superintendência de Obras Públicas–SOP. O Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Os outros 11 (onze) órgãos do Poder Executivo são a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA); a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra); a Secretaria do Meio Ambiente (Sema); a Secretaria do Turismo (Setur); a Secretaria da Fazenda (Sefaz); a Secretaria da Saúde (SESA); a Secretaria de Planejamento e Gestão (Sepalg); a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (Sedet); o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN-CE; a Companhia de Habitação do Ceará – Em Liquidação (Cohab-Em liquidação); e a Central de Abastecimento do Ceara S.A. (Ceasa).

RESULTADOS E INDICADORES TEMÁTICOS E PROGRAMÁTICOS

Eixo Ceará Acolhedor

Tabela 1 – Indicadores Temáticos de Governo – Tema: Acesso à terra e moradia

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ²
Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%) ¹	SCIDADES e COHAB	-	-	-	-	0,17%	0,17%	1,72%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2023.

Tabela 2 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ²
Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%) ¹	SCIDADES	-	-	-	-	14,28	32,99	41,70
Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana ³	SCIDADES	7.178	11.892	22.947	26.961	27.171	27.190	27.507
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana	SCIDADES	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2023.

³ Houve uma atualização dos valores do indicador nos anos de 2018 e 2019, ficando em 22.947 e 26.961 famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área urbana.

Tabela 3 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 113 - Habitação de interesse social na área rural

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ²
Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural	SCIDADES	3.139	4.624	7.027	8.875	11.465	14.055	14.702
Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural ³	SCIDADES	518	662	943	969	969	969	969

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2023.

³ Os quantitativos de 2018 e 2019 foram atualizados, ficando em 943 e 969 famílias beneficiadas, respectivamente.

1. Tema Acesso à terra e moradia

Resultado Temático: Famílias com moradia digna, legal e integrada aos serviços e equipamentos públicos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade social

1.1. Indicador Famílias beneficiadas com título de propriedade urbana (%)

O indicador mostra o percentual acumulado de famílias beneficiadas com título de propriedade urbana no período. Os imóveis são oriundos dos programas habitacionais do Estado e Federal com passivo de regularização fundiária. Os títulos serão entregues através da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab-em liquidação) e por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria das Cidades. Há quase 75.000 títulos a serem entregues no âmbito do Ceará, sendo 66.700 referentes ao passivo da Cohab.

Após a escolha da área a ser regularizada, o papel da Secretaria das Cidades no processo de regularização começa no cadastro dos imóveis a ser regularizados, o georreferenciamento, a composição das peças técnicas e finaliza com a solicitação ao cartório. A partir daí os cartórios devolvem os títulos a Secretaria das Cidades ou Cohab para entrega dos mesmos aos beneficiários. A Cohab já tem atribuições cartorárias e podem produzir os títulos dos mutuários e mutirantes. Para os quatro anos de PPA, o programa pretendia garantir a segurança jurídica a 19.362 famílias, reduzindo o passivo em torno de 25%.

A meta do indicador para o ano foi projetada para alcançar 7,97%. No ano de 2022, Cohab-CE entregou 1.163 títulos, retornando as entregas após o período de pandemia, alcançando um total de 1.291 títulos entregues, perfazendo um percentual de 1,72% de famílias beneficiadas. Além desses, estão prontos 2.323 títulos produzidos nos anos de 2019-2021, aguardando decisão do Governo do Estado, uma data para entrega no evento Papel da Casa em parceria o Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza e Tribunal de Justiça. No entanto, devido à pandemia não foi possível fazer a entrega. Quanto à Secretaria das Cidades, já estão prontos 8.083 cadastros de imóveis georreferenciados desde 2020 e aguardando ser resolvido o impasse com os cartórios.

Para 2022, houve a possibilidade de entrega de títulos nos municípios de Sobral e Crato devido a convênios entre as prefeituras e os cartórios locais. Com relação aos títulos do Crato, estão todos aptos para serem entregues, aguardando o Decreto de utilidade que ficou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. Referente ao município de Sobral, a Prefeitura enviará o Projeto de Reurbanização para finalização do processo e entrega dos títulos.

O baixo desempenho do indicador se deu pela ocorrência da pandemia que paralisou as atividades e também pela dificuldade em negociar com os cartórios para a emissão dos títulos.

1.2. Programa 111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana

Objetivo: proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano

1.2.1. Indicador Acumulado de imóveis com cadastro georreferenciado (%)

O indicador é a relação entre o número de imóveis com cadastro georreferenciado pelo total de imóveis cadastrados para recebimento do título de propriedade urbana.

Após a escolha da área a ser regularizada, o papel da Secretaria das Cidades começa no cadastro dos imóveis, em seguida passa pelo georreferenciamento dos imóveis, a composição das peças técnicas e finaliza com a solicitação ao cartório. O georreferenciamento é o esforço da Secretaria das Cidades e é realizado através de contrato de gestão. Os imóveis a serem titulados são oriundos dos programas habitacionais do Estado e Federal com passivo de regularização fundiária. Para os quatro anos de PPA, o programa pretende garantir a segurança jurídica a 19.362 famílias, reduzindo o passivo em torno de 25%.

A meta para 2022 era alcançar 38,92%. No entanto, na pactuação do Acordo de Resultados-AR, a meta foi atualizada para 52,88%.

De janeiro a dezembro foram realizados o georreferenciamento de 1.688 imóveis sendo 594 no Residencial Miguel Arraes, 312 no Residencial Leonel Brizola, 84 no Aldemir Martins, 107 no Blanchard Girão, 58 no Residencial Raquel de Queiroz e 336 no Residencial Juraci Magalhães, 128 no Santo Sático e 69 no Lupe de Paula referentes ao Projeto Rio Maranguapinho.

Sendo assim, o indicador chegou a 41,70% dos imóveis cadastrados, ficando um pouco acima da meta do PPA e abaixo da meta do AR.

A principal dificuldade no período foi devido à demora na elaboração o novo Contrato de Gestão para o ano de 2022.

1.2.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com habitação de interesse social na área urbana mostra o número acumulado de famílias contempladas com a entrega de unidades habitacionais (UH) por meio do apoio do Estado ao Programa Casa Verde e Amarela que veio substituir o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Também contribuem no período algumas iniciativas do Governo do Estado através dos projetos de Revitalização de áreas degradadas que entrega unidades habitacionais pelos Projetos Rio Maranguapinho e Projeto Dendê, unidades habitacionais entregues em convênio com os municípios e por meio do Projeto do Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu pela SESA.

A meta do PPA para o ano de 2022 é chegar a 28.317 famílias beneficiadas com Unidades Habitacionais. No entanto, conforme pactuação do Acordo de Resultados, a meta para o indicador em 2022 é de 28.931 famílias beneficiadas, considerando a entrega de 1.613 UH pela Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social e 128 unidades do Residencial Santo Sático. Pelo Distrito de Inovação houve paralisação do projeto que está em perspectiva de continuidade do projeto com o novo Governador.

No período de janeiro a dezembro foram entregues 317 unidades habitacionais do Residencial Alto da Paz, totalizando 27.507 famílias beneficiadas, correspondendo a 95,1% da meta esperada.

Quanto ao Residencial Sátiro a execução está em 93,87%. O Residencial não foi entregue em 2022 como previsto, tendo em vista que falta a execução da rede de energia e a ligação dos medidores por parte da Enel, que devido ao lapso temporal entre Projeto e obra, fez-se necessário ajustes junto à ENEL. Já em relação ao Residencial Cidade Jardim as principais dificuldades enfrentadas foram em virtude do período de pandemia que provocou o isolamento social e consequente paralisação de atividades, além dos problemas referentes ao contingenciamento de recursos. O Módulo 3 tem entrega prevista para março/23, o Módulo 4 em junho/23 e o Módulo 5 em março/23.

Em julho de 2022 a secretaria inscreveu no sistema do Ministério do Desenvolvimento Regional dois projetos para a construção de unidades habitacionais na cidade de Fortaleza. Prevê-se a construção de 320 unidades habitacionais voltadas para o reassentamento das pessoas atingidas pela obra do VLT em dois terrenos, um situado na Rua Teodorico Barroso e outro na Av. Raul Barbosa, além de 768 habitações em terreno situado na Rua Urucutuba.

Em janeiro de 2022 foi publicado, através da Lei Complementar nº 276, o Programa Moradia Ceará, do Governo do Estado, destinado a ampliar e melhorar a oferta de moradia de interesse social. Tendo como objetivo, dentre outros, destinar recursos para a construção/produção de unidades habitacionais no âmbito do Estado e estimular a construção de habitação de interesse social por agentes privados, associações e/ou cooperativas.

1.2.3. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área urbana mostra o número de famílias acumulado em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado por meio de reformas e construção/melhoria de unidades sanitárias domiciliares.

Contribuem para o indicador as famílias que serão beneficiadas pelo Projeto Dendê, pelas melhorias das unidades do PMCMV e pelas melhorias das condições físicas das unidades habitacionais do assentamento precário Beco do Samasa, à beira da Lagoa de Porangabussu por meio do Projeto do Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu.

A meta para o ano de 2022 está prevista em 170 famílias beneficiadas com melhoria habitacional.

A S Cidades planejou a construção de 100 unidades sanitárias por meio do Projeto Dendê e está aguardando a entrega da estação elevatória necessária para captação de esgotos pela Cagece. A construção dos banheiros só será possível quando concluída a estação elevatória. Além disso não houve ainda divulgação do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal.

Por meio do Projeto do Distrito de Inovação estavam previstas 70 famílias beneficiadas. No entanto, houve paralisação do projeto que está em perspectiva de continuidade do projeto com o novo Governador.

Em janeiro de 2022 foi publicado, através da Lei Complementar nº 276, o Programa Moradia Ceará, do Governo do Estado, destinado a ampliar e melhorar a oferta de moradia de interesse social.



Tendo como objetivo, dentre outros, destinar recursos para a construção/produção de unidades habitacionais no âmbito do Estado e estimular a construção de habitação de interesse social por agentes privados, associações e/ou cooperativas.

1.3. Programa 113 - Habitação de interesse social na área rural

Objetivo: Proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural

1.3.1. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais na área rural

O indicador mostra a quantidade acumulada de famílias atendidas com a entrega de fogão sustentável no meio rural.

No ano de 2021 o indicador alcançou 14.055 famílias beneficiadas.

A meta de entrega do PPA era alcançar 12.465 fogões, mas foi ultrapassada já no final de 2021. Sendo assim, foi ajustada no Acordo de Resultados para 16.355, por meio da entrega de 2.300 unidades.

No período de janeiro a dezembro foram entregues 647 fogões sustentáveis, chegando ao total de 14.702 famílias beneficiadas. Foram contemplados 14 municípios em 10 regiões do estado.

A entrega ainda é relacionada ao contrato passado. A aquisição de novos fogões teve seu processo de licitação concluído apenas em janeiro/23.

1.3.2. Indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural

O indicador Evolução do número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais na área rural mostra o número acumulado de famílias em vulnerabilidade social que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e de outros similares. Por meio do Governo do Estado, o Programa Mais Infância prevê a substituição de casas de taipa para as famílias beneficiadas em outras modalidades do mesmo programa.

No período em análise não foi entregue nenhuma unidade habitacional no meio rural, devido à pandemia e à indefinição da nova política de habitação do Governo Federal.

Em janeiro de 2022 foi publicada a lei que institui o Programa Moradia Ceará, que será utilizado na política de moradia no estado. O decreto e as instruções normativas que regulamentarão o funcionamento do programa se encontram em processo de definição. Além disso, o Governo Federal ainda não lançou modalidade no Programa Casa Verde e Amarela que substitua o PNHR. A secretaria inscreveu em uma seleção da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, no mês de maio de 2020, um projeto para a construção de 1.000 casas populares, distribuídas em 10 municípios do estado para substituição de casas de taipa. O resultado da seleção ainda não foi divulgado.

Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados

Tabela 4 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 241 - Governança Interfederativa das Regiões

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Municípios com Plano Diretor	SCIDADES	-	-	15,76%	15,76%	15,76%	15,76%	15,76%
Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana	SCIDADES	-	-	14,67%	14,67%	14,67%	14,67%	14,67%
Municípios que receberam consultoria em gestão fiscal e tributária e elaboraram políticas relacionadas ²	SCIDADES	-	-	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	Descontinuado
Regiões Metropolitanas com Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) elaborado ²	SCIDADES	-	-	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	Descontinuado
Regiões de Planejamento beneficiadas com capacitação em gestão pública ²	SCIDADES	-	-	35,71%	35,71%	35,71%	35,71%	Descontinuado

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2023.

² Os indicadores foram descontinuados na Revisão do PPA em 2022.

2. Tema Planejamento e Modernização da Gestão

Resultado temático: Planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado.

2.1. Programa 241 - Governança Interfederativa das Regiões

Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

2.1.1. Indicador Municípios com Plano Diretor

O indicador Municípios com Plano Diretor mostra o número de municípios que elaboraram Plano Diretor em relação ao total de municípios cearenses. De acordo com dados levantados para 2018, são apenas 29 municípios com Plano Diretor no Estado. Serão priorizados os municípios que constituem as Regiões Metropolitanas do Estado do Ceará, seguido dos municípios que possuam mais de 20 mil habitantes.

A meta é entregar 2(dois) Planos Diretores aumentando o indicador para 16,85% no ano de 2022. Foi programada a entrega de um plano na região do Cariri e outro plano na região do maciço de Baturité. No entanto, não existiu recursos aprovados para a Consultoria e contratação de mão de obra qualificada para realização da elaboração e/ou revisão dos planos diretores municipais.

2.1.2. Indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana

O indicador Municípios com participação cidadã por meio do Conselho da Cidade no planejamento e gestão urbana mostra a proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática.

As cidades promovem a participação cidadã direta da sociedade civil, por meio de conselhos cidades ou outros instrumentos, nos processos de planejamento e gestão urbana em relação ao total de 184 cidades no estado. Até 2021, 14,67% dos municípios cearenses contavam com conselhos municipais, ou seja, 27 municípios.

A meta para 2022 era assessorar 12 municípios para implantação dos conselhos municipais e alcançar 21,20% mas não foi realizado. Para isso, a manutenção do Conselho Estadual é fundamental na execução das atividades que contribuem para o indicador. De janeiro a dezembro foram realizadas duas reuniões por meio virtual para a retomada das atividades relacionadas ao Conselho Estadual das Cidades. Foram definidas as atualizações dos Conselheiros e atualizados os assuntos que serão discutidos e debatidos nas próximas reuniões do conselho. Em outubro/novembro foram realizadas atividades relacionadas à Avaliação do PPA no Biênio 2020-2021.

Eixo Ceará de Oportunidades

Tabela 5 – Indicadores Temáticos de Governo – Tema: Infraestrutura e Mobilidade

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período ²						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ³
Municípios com áreas urbanas requalificada (%) ¹	SCIDADES/ SEINFRA/ DETRAN	25,00%	51,09%	58,15%	59,78%	67,93%	75,00%	79,35%

Fonte: Secretaria das Cidades.

Notas:

¹ O indicador está sendo calculado pela primeira vez neste PPA

² Até 2019 foram utilizadas apenas as informações das entregas realizadas pela Secretaria das Cidades. A partir de 2020 passa a contar com as informações dos demais órgãos

³ Dados finais.

Tabela 6 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 341 - Promoção da Requalificação Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período ¹						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ²
Área urbana requalificada (metros quadrados)	SCIDADES/ SEINFRA/ DETRAN	385.282,96	1.027.393,32	381.934,04	760.004,65	827.840,50	776.178,58	1.036.877,73

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Até 2019, o indicador foi calculado apenas com informações da SCidades. A partir de 2020 passa a contar com as informações dos demais órgãos.

² Dados finais.

3. Tema Infraestrutura e Mobilidade

Resultado temático: Infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável, nos espaços rurais e urbanos de todas as regiões do estado.

3.1. Indicador Municípios com áreas urbanas requalificadas (%)

O indicador **Municípios com áreas urbanas requalificadas (%)** representa o percentual de municípios com áreas urbanas requalificadas em relação ao total de municípios do Estado do Ceará. Os municípios são beneficiados com obras requalificação de espaços públicos urbanos e requalificação viária.

Contribuem para o indicador as entregas realizadas pela SCidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e da Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II). Além da secretaria, contribuem as entregas realizadas pela Secretaria de Infraestrutura – Seinfra e pelo Departamento Estadual de Trânsito – Detran. No entanto, os valores da série histórica de 2016 a 2019 foram calculados apenas com as informações da Secretaria das Cidades. Apenas em 2020 passou a utilizar as informações dos demais órgãos (Tabela 5).

Vale ressaltar que os municípios não recebem obras de requalificação apenas em um determinado ano, o mesmo pode ser contemplado em diversos anos. O objetivo do indicador é identificar a abrangência em todas as regiões do Estado.

No período de janeiro a dezembro foi registrada a entrega em 67 municípios, sendo que destes, 8 ainda não haviam sido beneficiados, alcançando assim 146 municípios beneficiados. O indicador atinge um percentual de 79,35% dos municípios beneficiados, superando a meta anual.

Mesmo tendo superado a metas, as principais dificuldades estão relacionadas à situação de adimplência dos municípios convenentes e à liberação de limites financeiros reduzidos.

Compõem o indicador as entregas relacionadas à requalificação viária e requalificação de espaços públicos. No período foram beneficiados 67 municípios com obras de requalificação urbana, sendo 55 municípios com obras de requalificação viária e 18 municípios com obras em espaços públicos (Tabela 7).

Tabela 7 – Áreas Urbanas Requalificadas – 2022.

	TIPO	Quantidade	Municípios*	Total (m ²)
Requalificação Viária	Pedra tosca	55	42	503.846,07
	Paralelepípedo	16	11	91.814,97
	Asfáltica	7	6	243.013,81
	Intertravado	1	1	2.862,38
	Iluminação	3	3	14.942,37
	Outros	2	2	2.858,81
	Total		84	55
Requalificação dos Espaços públicos	Praça	11	8	64.915,71
	Prédio	9	9	30.036,31
	Urbanização	4	3	82.587,30
	Total	24	18	177.539,32
Total		108	67	1.036.877,73

Fonte: Secretaria das Cidades/Courb e UGP II. Secretaria da Infraestrutura.

Nota:

*municípios beneficiados com mais de uma obra são contados uma única vez. Não corresponde à soma da coluna.

3.2. Programa 341 - Promoção da Requalificação Urbana

Objetivo: Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

3.2.1. Indicador Área urbana requalificada (m²)

O indicador Área urbana requalificada representa o somatório de áreas urbanas requalificadas através do programa Promoção da Requalificação Urbana. Os valores da série histórica de 2016 a 2019 foi calculado apenas com as informações da Secretaria das Cidades.

A meta para 2022 é chegar a 1.506.099,33 metros quadrados de área urbana requalificada, sendo que 49% provenientes de entregas da SCidades, 15% de entregas da Seinfra e 36% de entregas do Detran.

No período de janeiro a dezembro/2022 foi registrada a entrega de 1.036.877,73 metros quadrado, sendo 975.895,73 metros quadrados pela SCidades, 60.982 metros quadrados pela Seinfra. Não houve entrega pelo Detran. O total entregue no ano corresponde a 68,85% da meta.

As principais dificuldades para o alcance da meta referem-se à dinâmica da situação de adimplências dos convenentes, os quais impedem os repasses financeiros, impactando no atraso do término das



obras. Além disso, o período de defeso eleitoral e o grande número de instrumentos dificultam o cronograma de visita dos fiscais para atestar as obras. Em relação à Obra de internalização da rede elétrica do Sítio Histórico de Sobral, houve uma modificação no cronograma de execução e não será concluído este ano. Em relação ao Detran, o órgão não realizará as entregas previstas devido às resoluções governamentais de contingenciamento de gastos.

Eixo Ceará Saudável

Tabela 8 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018 ¹	2019 ¹	2020 ¹	2021	2022 ²
População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada	SCIDADES	92,05	89,98	89,77	94,84	93,33	93,33	...
População urbana coberta por sistema de esgotamento sanitário	SCIDADES	38,24	37,60	39,60	41,22	43,02	43,07	...

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Durante uma revisão metodológica, foram atualizados os valores de 2018, 2019 e 2020 para 89,77%, 94,84% e 93,33%, respectivamente, devido a um erro sistemático na tabela base do referido índice, conforme informações para Mensagem Governamental 2023.

² O resultado de 2022 só deverá ser conhecido em 2023.

Tabela 9 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	SCIDADES	117.141	132.163	145.347	161.771	176.870	186.994	197.651
Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	SCIDADES	143.124	162.743	180.909	200.342	215.034	228.791	246.054

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2023.

4. Tema Saneamento Básico

Resultado Temático: População com garantia de saneamento básico de qualidade, nos espaços urbanos e rurais.

4.1. Programa 621 - Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

Objetivo: Ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas.

4.1.1. Indicador População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada

O indicador População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água tratada refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (SCidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário.

No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Em referência ao abastecimento de água, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados pela Cagece em 152 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) em 29 municípios; e pelas prefeituras municipais em quatro municípios. Observando-se que o município de Sobral, apresenta os serviços de abastecimento de água urbano do SAAE na sede municipal e CAGECE na sede urbana de alguns distritos. Além dos municípios de Ibaretama e Pires Ferreira que tem serviços prestados pela CAGECE e Prefeitura.

Durante uma revisão metodológica, foram atualizados os valores de 2018, 2019 e 2020 para 89,77%, 94,84% e 93,33%, respectivamente, devido a um erro sistemático na tabela base do referido índice, conforme informações para Mensagem Governamental 2023. Sendo assim, a meta proposta para 2022, que era chegar a 91,62% da população coberta com água tratada, já foi ultrapassada.

Relacionado ao Estado, a demora nos repasses e nas aprovações dos projetos por parte do agente financiador, os entraves próprios dos licenciamentos ambientais, processos licitatórios e a pandemia foram os principais problemas relacionados à entrega dos sistemas e consequentemente do indicador.

Outro problema relacionado ao acompanhamento do indicador, é causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações.

O resultado final de 2022 só deverá ser conhecido no segundo semestre de 2023.

Em 2021, o percentual da população urbana coberta com abastecimento de água é de 93,33% e beneficiou aproximadamente 6.506.930 habitantes do Estado. Esse desempenho considera principalmente os investimentos da Cagece para o setor.

Analisando somente os municípios atendidos pela companhia em 2021, o percentual da população coberta com abastecimento de água é de 98,50%, e beneficiou aproximadamente 5.592.083 habitantes em 340 localidades (SEI NOVO – CAGECE, 2021). Para o ano de 2021, a informação percentual de 98,50%, a quantidade de habitantes é de 5.592.083, e de localidades é 340 (SEI NOVO – CAGECE, 2021).

Tendo em vista que houve um ajuste na metodologia do indicador a partir de 2018, só faz sentido a comparação no período de 2018-2021. Nesse período, o indicador apresentou um acréscimo de 3,97%. Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações.

Considerando somente os municípios operados pela Cagece, registra-se, nesse mesmo período, um crescimento de 0,1% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 98,36% para 98,44%. Neste período, muitos investimentos realizados no setor foram voltados à convivência com a seca, o que quer dizer a implantação de novos mananciais a sistemas já existentes.

4.1.2. Indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário

O indicador População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (Scidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário. No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Até o ano de 2020, os serviços foram ofertados pela Cagece em 74 municípios; pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 20 municípios; e pelas das prefeituras municipais em dois municípios. Os demais municípios ou não possuem informação, ou não possuem sistema de esgotamento sanitário.

O último valor disponível do indicador é do ano de 2021 alcançando um percentual de cobertura de 43,07% da população, consolidado recentemente. A meta para 2022 de chegar a 39,95% da população coberta com esgotamento sanitário, já foi ultrapassado.

Relacionado ao Estado, a demora nos repasses e nas aprovações dos projetos por parte do agente financiador, os entraves próprios dos licenciamentos ambientais, processos licitatórios e a pandemia foram os principais problemas relacionados à entrega dos sistemas e consequentemente do indicador.

Outro problema no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações. Os valores deste indicador são calculados a partir de informações fornecidas pelos municípios e prestadores de serviço ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), cujos resultados são divulgados bienalmente pelo Governo Federal. O resultado final de 2022 só deverá ser conhecido no segundo semestre de 2023.

Levando-se em conta somente os 75 municípios atendidos pela Companhia, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário, é de 44,69%, e beneficiou aproximadamente 2.633.385 habitantes em 91 localidades (SEI NOVO – CAGECE, 2020). Já no ano de 2021, 79 municípios foram atendidos pela Companhia, chegando a um percentual de cobertura de 44,62%, beneficiando uma população de 2.654.229 habitantes, em 95 comunidades (SEI NOVO – CAGECE, 2021).

Tendo em vista que houve um ajuste na metodologia do indicador a partir de 2018, só faz sentido a comparação no período de 2018-2021. Nesse período, o indicador apresentou um acréscimo de 8,76%. Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, cita-se a imprecisão e a falta de repasse das informações. Como alternativa, a Secretaria das Cidades utiliza as informações do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

Considerando somente os municípios operados pela Cagece, registra-se, nesse mesmo período, um crescimento de 10,1% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 40,51% para 44,62%.

4.2. Programa 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

Objetivo: Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

4.2.1. Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

O indicador Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) representa o número de ligações ativas de um sistema de abastecimento de água após a sua entrega, considerando somente as redes geridas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A ligação de água é a canalização entre o distribuidor público e o hidrômetro, limitador de consumo. Convencionalmente, as ligações podem ser classificadas como ativas (usuários interligados à rede), suspensas (usuários interligados que não tem contribuído para o faturamento), factíveis (usuários que possuem rede disponível, mas não fizeram a ligação), tamponadas (possuem ligação e interligação, mas a ligação foi desativada). O indicador é alterado

conforme iniciativas da SCidades por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), da SDA e do próprio Instituto SISAR. No final de 2021 o indicador alcançou 186.994 ligações ativas.

A meta prevista para o ano de 2022 era alcançar 195.079 ligações ativas por meio da ativação de 8.085 ligações. No período de janeiro a dezembro de 2022 foram ativadas 10.657 ligações, o que corresponde a 101,3% da meta programada. Assim, o indicador chegou a 197.651 ligações ativas no sistema.

Por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), foram entregues 6 sistemas de abastecimento: SAA Complexo Beleza, SAA de Barra de Santana, SAA de Lagoa Funda; SAA de Pinheira; SAA de Quatro Baraúnas; e SAA de Santanas. O SAA de Gentil teve as obras concluídas, teve a obra concluída, mas não foi entregue por falta de energização pela concessionária.

Encontra-se paralisado o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Cipó (88,21%) restando apenas a instalação do flutuante com a bomba centrífuga no canal e dos macromedidores. O motivo da paralisação é devido um problema na desapropriação da área da ETA – Estação de Tratamento de Água, visto que o processo está prestes a obtenção de imissão de posse na PGE – Procuradoria Geral do Estado.

Em execução os Sistemas de Abastecimento de Água de Jacú (51,41%); SAA de Palestina do Cariri (80,00%); SAA de Malhada (18,22%).

Por meio do Programa Águas do Sertão está prevista a entrega de dois sistemas implantados, São José no município de Palhano (73,95%) e Capim Grosso no município de Russas (77,76%). Além da melhoria do sistema de Curupati (98,16%).

As principais dificuldades foram relacionadas à problemas no traçado das adutoras ao canal de captação de água, demora na desapropriação dos terrenos e demora na entrega de equipamentos pelos fornecedores.

4.2.2. Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)

O indicador Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) representa o número de ligações totais de um sistema de abastecimento de água após a sua entrega, considerando somente as redes geridas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A ligação de água é a canalização entre o distribuidor público e o hidrômetro, limitador de consumo. Convencionalmente, as ligações podem ser classificadas como ativas (usuários interligados à rede), suspensas (usuários interligados que não tem contribuído para o faturamento), factíveis (usuários que possuem rede disponível, mas não fizeram a ligação), tamponadas (possuem ligação e interligação, mas a ligação foi desativada). O indicador é alterado conforme iniciativas da SCidades por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), da SDA e do próprio Instituto SISAR.

A meta prevista para o ano de 2022 é alcançar 250.038 ligações totais. No período de janeiro a dezembro/2022 foram disponibilizadas pela entrega de sistemas de abastecimento 17.263 ligações, totalizando 246.054 ligações, o que representa um percentual de 98,41% da meta para o ano.

Por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), foram entregues 6 sistemas de abastecimento: SAA Complexo Beleza, SAA de Barra de Santana, SAA de Lagoa Funda; SAA de Pinheira; SAA de Quatro Baraúnas; e SAA de Santanas. O SAA de Gentil teve as obras concluídas, teve a obra concluída, mas não foi entregue por falta de energização pela concessionária.

Encontra-se paralisado o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Cipó (88,21%) restando apenas a instalação do flutuante com a bomba centrífuga no canal e dos macromedidores. O motivo da paralisação é devido um problema na desapropriação da área da ETA – Estação de Tratamento de Água, visto que o processo está prestes a obtenção de imissão de posse na PGE – Procuradoria Geral do Estado.

Em execução os Sistemas de Abastecimento de Água de Jacú (51,41%); SAA de Palestina do Cariri (80,00%); SAA de Malhada (18,22%).

Por meio do Programa Águas do Sertão está prevista a entrega de dois sistemas implantados, São José no município de Palhano (73,95%) e Capim Grosso no município de Russas (77,76%). Além da melhoria do sistema de Curupati (98,16%).

As principais dificuldades foram relacionadas à problemas no traçado das adutoras ao canal de captação de água, demora na desapropriação dos terrenos, demora na energização dos sistemas pela concessionária e demora na entrega de equipamentos pelos fornecedores.

Eixo Ceará Sustentável

Tabela 10 – Indicadores Programáticos de Governo – Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

Indicador	Responsável	Evolução do Indicador no Período						
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Áreas de risco eliminadas (%)	SCIDADES	59,38	68,75	84,38	84,38	87,50	90,63	93,76

Fonte: Secretaria das Cidades.

Nota:

¹ Dados finais. Informação do Monitoramento do PPA em março de 2023.

5. Tema Meio Ambiente

Resultado Temático: Recursos ambientais com uso racional e sustentável

5.1. Programa: 722 - Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

Objetivo: Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas.

5.1.1. Indicador Área de risco eliminada (%)

O indicador Área de risco eliminada (%) refere-se à eliminação de 32 (trinta e duas) áreas de risco situadas na abrangência do Projeto Rio Maranguapinho (22), Projeto Rio Cocó (9) e Projeto Dendê (1). A fonte da informação é o Relatório da Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de 2010.

No período do PPA 2016-2019 foi programado eliminar 15 (dezoito) áreas de risco existentes no Projeto Rio Maranguapinho (5), Rio Cocó (9) e Dendê (1). No entanto, ao final do período registrou a eliminação de um total de 10 (dez) áreas de risco, sendo 2 (duas) no Projeto Maranguapinho, 7 (sete) Rio Cocó e a prevista no Projeto Dendê. O percentual corresponde a 31,25% do total de áreas mapeadas.

Em 2018, foi registrada a eliminação de cinco áreas de risco, sendo uma do Projeto Rio Maranguapinho (Lumes), três áreas do Projeto Rio Cocó (Novo Barroso, Santa Maria Gorete e Do Cal) e uma área do Projeto Dendê (Área da Baixada). Em 2019 não foi registrada a eliminação nenhuma área de risco. Em 2020, a área da Comunidade Muriçoca foi totalmente eliminada, chegando assim ao percentual de 87,50% das 32 áreas de risco a ser eliminadas. Em 2021 foi eliminada a área de risco Belém referente ao Projeto Rio Maranguapinho.

Para 2022 estavam previstas a eliminação de 3 áreas - Conjunto Ceará (Maranguapinho), Parque Santa Maria e Ocupação 24 de Setembro (Cocó). No entanto, apenas a área de risco do Conjunto Ceará foi eliminada e as demais áreas ficaram para 2023. Sendo assim, o indicador alcançou 93,76%.

As principais dificuldades do indicador estão relacionadas a demora no processo de desapropriação, que compreende desde a atualização e/ou elaboração de Laudos, negociação com o beneficiário, juntada de documentos, análise e homologação de acordo pela PGE, somado a isso, as dificuldades desde 2020 provocada pela pandemia do Coronavírus.

CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREGAS PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS SETORIAIS DE GOVERNO

Em 2022, a Secretaria das Cidades, no papel de Órgão Executor do Plano Plurianual 2020-2023, atuou na execução de 75 entregas de 51 iniciativas, em 14 Programas de Governo:

Programa	Nº de iniciativas	Nº entregas
111 - Habitação e Regularização Fundiária Urbana	06	08
113 - Habitação de Interesse Social na área rural	02	02
211 - Gestão Administrativa do Ceará	04	04
212 - Encargos gerais do estado	03	NA
222 - Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas	01	01
241 - Governança Interfederativa das Regiões	04	05
331 - Atração e desenvolvimento industrial	01	01
341 - Promoção da requalificação urbana	02	03
343 - Mobilidade, trânsito e transporte	01	01
621 - Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	10	22
622 - Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural	07	12
711 - Matriz energética do estado do Ceará	01	01
722 - Revitalização de áreas urbanas degradadas	05	07
726 - Resíduos Sólidos	04	07
Total	51	75

Dos Entregas do PPA executados pelo órgão Secretaria das Cidades em 2022, por meio das suas áreas de negócio:

DESEMPENHO	Nº DE ENTREGAS	%
Execução ≥ 100%	18	24,0%
75 ≤ execução < 100%	02	2,7%
50 ≤ execução < 75%	03	4,0%
0 < execução < 50%	02	2,7%
0% de execução	20	26,6%
Sem programação	30	40,0%
Total	75	100,0%

- 18 Entregas (24,0%) alcançaram ou superaram a meta 2022 programada no PPA.
- 02 Entregas (2,7%) apresentou desempenho entre 75% e 99% da meta 2022 programada no PPA.
- 03 Entregas (4,0%) apresentaram desempenho entre 50% e 74% da meta 2022 programada no PPA.
- 02 Entregas (2,7%) apresentaram desempenho entre 0,1% e 50% da meta 2022 programada no PPA.
- 20 Entregas (26,6%) não executaram a meta programada do PPA - exercício 2022.
- 30 Entregas (40,0%) não tiveram programações para 2022.

Algumas das causas para esse nível de desempenho podem ser atribuídas a:

- O impacto em todas as atividades da secretaria causado pela pandemia de Covid-19, com a perda de pessoas, necessidade de isolamento social, paralisação de obras, lentidão na retomada dos processos e contingenciamento financeiro para suprir os gastos com saúde (fatores exógenos).
- A instabilidade econômica e política na qual se encontra o país (ambiente externo).
- Um grande número de projetos sem priorização (escopo e gestão).
- Reduzido número de pessoas para executar um grande número de projetos (recursos).
- Demora na execução do ciclo de vida dos projetos - iniciação, planejamento, execução e encerramento (tempo de projeto).
- Demora na execução do ciclo de vida dos processos – planejamento, análise, desenho, implementação, monitoramento e controle e refinamento (tempo de processos).
- Grande número de controles por meio de um grande número de ferramentas e bases informatizadas (recursos de tecnologia da informação e comunicação).
- Ausência de tratamento dos riscos em algumas das atividades de processos críticos, cuja ocorrência de falhas podem comprometer o desempenho das ações e provocar efeito sobre o que direciona o sucesso dessas ações - Ex: licitações, licenciamento ambiental, indenizações e medições de obras (riscos em processos)

Como efeitos, percebe-se:

- Contingenciamento dos recursos federais.
- Perda de foco das ações do Governo.
- Disputa por recursos humanos, orçamentários, financeiros, materiais, tecnológicos etc.
- Falta de integração de bases informatizadas (processos).
- Redundância de informações nas diversas bases informatizadas (recursos).
- Ineficiente gestão dos instrumentos (gestão).
- Prejuízos financeiros para o Estado com excesso de aditivos, replanilhamentos, realinhamentos e repactuações nos instrumentos (recursos).
- Ineficiência dos processos de negócio nos órgãos (finalísticos, de suporte e gerenciais).
- Risco de não atingir as metas do PPA 2020-2023.
- Risco de não atender às necessidades e expectativas da Sociedade Cearense.
- Desgaste da imagem do governo perante a Sociedade Cearense.

Considerando a necessidade de orientar a ação governamental para atender os diversos segmentos organizados da sociedade e os cidadãos em geral, objetivando ofertar bens (Entregas e serviços), o Governo do Estado vem executando desde 2016, em trabalho coordenado pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), o Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR).

Em uma das etapas do referido projeto foram identificadas as oportunidades ou fragilidades as quais foram transformadas em desafios, que foram devidamente alinhados ao PPA, com estabelecimento de premissas, entregas para o período 2017-2020 e os indicadores por meio dos quais será aferido o desempenho.

Na etapa de implantação a Casa Civil acompanha a execução dos projetos estratégicos de obras prioritárias com o objetivo de atingir as metas propostas no Acordo de Resultado.

Ressalte-se que as metas das entregas pactuadas no Acordo foram alinhadas ao PPA 2020-2023 e às prioridades do documento 7 Ceará's.

Ressalte-se, ainda, a manutenção dos investimentos já realizados pelas gestões anteriores, a continuidade de projetos e das negociações junto a financiadores para captar recursos externos e internos com vistas à execução de programas e projetos; e a observância do ambiente regulatório, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em relação à execução orçamentária, houve uma mudança no sistema corporativo que interferiu na execução anual.

De acordo com o Manual Técnico do Orçamento 2022, a identificação da fonte de recursos para pagamento das despesas era constituída de 5 dígitos, sendo que o primeiro dígito identifica o exercício em que o recurso foi arrecadado:

- (1) Tesouro do exercício Corrente;
- (3) Tesouro de exercício anterior;
- (2) Outras Fontes do exercício corrente;
- (6) Outras Fontes de exercício anterior.

Historicamente, na elaboração da Lei Orçamentária Anual, apenas havia programação para o Exercício corrente e os pagamentos eram realizados de forma automática no exercício corrente sem haver identificação do exercício em que o recurso foi arrecadado.

Com a mudança nos sistemas corporativos do Estado, do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GpR) para o Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (Siafe), houve a implementação na vinculação do exercício em que o recurso foi arrecadado, gerando assim a necessidade de adequação nas dotações orçamentárias realizando um procedimento de suplementação orçamentária para ações onde seriam realizados os pagamentos com recursos arrecadados em anos anteriores.

Tal procedimento, além de gerar um atraso nos pagamentos pela necessidade de modificação nas dotações orçamentárias, ajuste nos instrumentos de execução dos contratos/convênios e congêneres, adicionou ao orçamento da Secretaria das Cidades um total de R\$ 91.826.583,99 no grupo Tesouro e R\$ 59.432.408,11 no grupo outras fontes.

A seguir apresenta-se, por Programa de Governo, com base na programação de 2022, o desempenho das Entregas do PPA sob a responsabilidade do órgão Secretaria das Cidades, executados por meio das áreas de negócio.

1. Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111)

O Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana (111) tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem por objetivo proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano. É composto por 6 (seis) iniciativas que foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS), Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas – RMF (COREV) e Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF). A Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB em liquidação) e Secretaria da Saúde (SESA) também colaboram com as execuções do programa.

Tabela 11 – Iniciativas e Entregas do Programa Habitação e Regularização Fundiária Urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais.	1652-Serviço socioeducativo promovido	CDHIS/ COREV	100	476	476,0%
111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.	1337-Equipamento social construído	CDHIS/ COREV	4	0	0,0%
	1646-Unidade habitacional implantada	CDHIS/ COREV	1.006	317	31,5%
111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais.	1651-Unidade habitacional qualificada	CDHIS/ COREV	100	0	0,0%
111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana.	1335-Título entregue	COREF	-	-	Descontinuada
	1829-Cadastro de imóvel georreferenciado	COREF	3.853	1.688	43,8%
111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social.	467-Projeto apoiado	CDHIS	1	1	100,0%
111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.	1318-Unidade habitacional entregue	CDHIS/ SESA	-	-	Sem programação
	1651-Unidade habitacional qualificada	CDHIS/ SESA	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

1.1. Iniciativa 111.1.01 - Promoção do trabalho social nos conjuntos habitacionais. Entrega 1652-Serviço socioeducativo promovido (número absoluto)

A promoção do Trabalho Social consiste em atender famílias de baixa renda através de campanhas, mobilizações, oficinas, palestras socioeducativas, capacitando-as e garantindo o acesso aos diversos serviços públicos nos conjuntos habitacionais entregues através do programa de habitação de interesse social operados pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

A entrega Serviço Socioeducativo promovido refere-se à promoção de campanhas, mobilizações, oficinas, palestras socioeducativas e tem como objetivo atender as famílias dos conjuntos habitacionais entregues através do programa de habitação de interesse social, capacitando-as e promovendo o acesso às diversas políticas públicas.

A referida entrega é executada pelo órgão Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS e COREV e está relacionada ao Trabalho Técnico Social desenvolvido nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e nas áreas urbanizadas pelos programas de desenvolvimento urbano, com a população a ser reassentadas e a população remanescente das áreas.

Em 2022 foram programadas 100 atividades, mas foram realizadas apenas 476 atividades, correspondendo a 476% do planejado.

Iniciado o Projeto Técnico Social no Residencial José Euclides onde foram reassentadas famílias do Projeto Maranguapinho e Projeto Cocó, e no período Janeiro a Dezembro de 2022 foram desenvolvidas as 241 atividades, tipo: Reuniões para Início do TTS com Representantes de Blocos; Oficinas Recreativas com crianças até 7 anos; Oficinas com Mulheres do Residencial; Plantão Social - 55 plantões (espaço de escuta da problemática das famílias e encaminhamentos); Reuniões de Escolha de novos representantes de Blocos; Oficinas de Educação sanitária com Plantio de Mudas; Visitas Técnicas com Representantes de blocos e Engenheiro da Construtora Direcional para avaliação de danos aos apartamentos e Equipamentos; Ciclos de oficinas para capacitação e acompanhamento dos Representantes de Blocos; Seminários Socioeducativos sobre os cuidados com as Unidades habitacionais e consumo consciente de água, esgoto e energia elétrica (presença da ENEL, CAGECE, PMF e outros parceiros); Ações Cidadãs (com a presença de vários órgãos para prestação de Serviço à população); Oficinas com idosos do Residencial José Euclides e Reuniões de Avaliação e Monitoramento do PTS; oficinas com a Juventude; Escolinha de futebol com crianças; escolinha de dança contemporânea com crianças e adolescentes; escolinhas de Zumba para jovens e adultos; Encontros de convivência para estimular hábitos saudáveis e ocupação dos espaços comuns; Oficinas Sócio Educativas com Corpo de Bombeiros; Curso de Brigada de Incêndio e de Capoeira com crianças e adolescentes, estando com 29,86% dos serviços executados.

No âmbito do Projeto Dendê, está sendo executado o Projeto Técnico Social no Residencial Yolanda Queiroz, sendo executado até este período 235 atividades, compreendendo reuniões de apresentação, ciclos de debates temáticos, formação e potencialização de lideranças, oficinas de orientação para o mercado de trabalho, reuniões de orientação e escolha do articulador de bloco, capacitação e formação de lideranças, encontros com a juventude nas escolas, apresentações de teatro de fantoche e de rua na comunidade, encontros culturais, esportivos e recreativos nas praças, formação do comitê esportivo, planejamento e monitoramento com entidades da área,

reuniões com a comissão de acompanhamento à obra, pesquisa amostral, grupos de empreendedorismo, atendimentos sociais aos moradores; estando com 32% dos serviços executados.

No âmbito do Projeto Rio Maranguapinho foi dada continuidade ao Projeto de Trabalho Técnico Social junto às famílias que habitavam nas margens do Rio Maranguapinho e foram reassentadas nos Residenciais Riacho Verde I e II e concluído Março/22. Este Trabalho ocorreu através de oficinas de mobilização e organização comunitária, desenvolvimento socioeconômico, e educação sanitária e ambiental. Executado pela empresa Via de comunicação.

O realizado ficou bem superior ao previsto tendo em vista que devido ao fim da pandemia em 2022, muitas atividades que estavam previstas em 2020 e 2021 foram realizadas em 2022.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Cota-parte do fundo de participação dos Estados, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 14,34% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	170.000,00	160.128,75	159.703,27	94,19	93,94
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	130.000,00	29.468,14	29.468,14	22,67	22,67
82 - Convênios com órgãos federais	4.908.000,00	623.811,14	579.430,59	12,71	11,81
46.56 - operações de crédito internas	726.000,00	37.360,56	37.360,56	5,15	5,15
Total	5.934.000,00	850.768,59	805.962,56	14,34	13,58

Fonte: SIMA

A principais dificuldades que contribuíram para baixa execução financeira foram:

Em relação ao trabalho social aplicado nos projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê, os recursos das operações de crédito - fonte 46 - FGTS e contrapartida do Projeto Cocó e Dendê sofreram bloqueios judiciais, contribuindo para a baixa execução financeira da fonte em questão, repercutindo na execução das outras fontes, uma vez que se trata de um contrato de serviço pago de forma rateada entre as fontes de operação de crédito e a contrapartida do Estado.

Em relação à Promoção de Serviço Socioeducativo nos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, as dificuldades para execução financeira da fonte 82 foram:

1. A Reprogramação das atividades do Trabalho Social, nos residenciais Escritores (Carlos Drummond de Andrade, Castro Alves, José de Alencar e Machado de Assis) e Independência II, ainda está em andamento e sendo discutida entre as técnicas sociais do Governo do Estado do Ceará e Caixa Econômica Federal.

2. O Trabalho Social nos residenciais Ana Facó, José Lino da Silveira II e III, Cidade Jardim (módulos I e II) recebeu ordem de serviço para início das atividades apenas em outubro de 2022 e começaram as execuções já em novembro de 2022.

1.2. Iniciativa 111.1.02 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana integrada com serviços públicos.

1.2.1. Entrega 1337 - Equipamento social construído (número absoluto)

A Expansão da oferta de habitação de interesse social na área urbana, integrada com serviços públicos, corresponde à construção de Unidades Habitacionais e equipamentos públicos para atender famílias de baixa renda, através de Projetos e Programas no âmbito estadual e federal, sendo estes dos Projetos Rio Maranguapinho e Dendê, e do Programa Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo.

A entrega Equipamento Social Construído se refere a construção de equipamentos públicos, sejam eles de: assistência social como Cras/Creas; educação com entrega de creches/escolas; saúde com construção de unidades básicas de saúde; e/ou segurança pública com entrega de postos policiais no entorno dos Residenciais. Devendo estes, serem construídos, no âmbito dos Projetos Rio Maranguapinho, Projeto Dendê, do Programa Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo, a serem disponibilizados às famílias atendidas com habitação no meio urbano.

A referida entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio por meio da CDHIS e COREV.

Em 2022, estavam previstos 4(quatro) equipamentos sociais, mas nenhum foi entregue.

A responsabilidade pela construção dos três equipamentos para atender à população do residencial Orgulho do Ceará II, no município de Pacatuba, que estava com a Secretaria das Cidades foi transferida para a SOP – Superintendência de Obras Públicas.

No âmbito do Projeto Rio Maranguapinho estava prevista uma Escola no Residencial Miguel Arraes. A empresa contratada vencedora do certame licitatório emitiu Ordem de Serviço em 11/07/2022. Foi iniciada a limpeza do terreno e logo depois a empresa paralisou as atividades. O contrato foi rescindido e a obra será relicitada em 2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com órgãos federais	4.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram: A transferência para a SOP da construção da dos três equipamentos do Residencial Orgulho do Ceará II e desistência da empresa construtora da Escola no Residencial Miguel Arraes, não sendo necessário desembolso financeiro, conforme citado acima.

1.2.2. Entrega 1646 - Unidade habitacional implantada (número absoluto)

A entrega Unidade habitacional implantada corresponde à construção das unidades habitacionais, disponibilizadas à população urbana de baixa renda.

A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Cdhis com as unidades habitacionais do PMCMV/Casa Verde Amarela e da Corev com as unidades referentes ao Residencial Santo Sátiro.

As unidades são construídas por meio dos programas federais de habitação, a exemplo do antigo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e do Programa Casa Verde e Amarela, em parceria com o Governo Estadual, mediante subsídio. As unidades habitacionais são entregues às famílias oriundas do Cadastro Único do Governo Federal - CADUNICO.

Também são construídas, unidades habitacionais por meio da celebração de convênios e congêneres entre Estado e Municípios.

Em 2022 foram entregues 317 unidades habitacionais no Residencial Alto da Paz.

Neste ano, foi dada continuidade a obra de Conclusão do Residencial Santo Sátiro no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, com 128 Unidades Habitacionais, chegando em dezembro com 92,24% dos serviços executados. As unidades serão entregues quando todo o residencial ficar concluído. A previsão de entrega era Dez/22, porém falta a execução da rede de iluminação pública e as ligações dos registros individuais pela concessionária de energia elétrica, ENEL. Além disso, como o projeto ultrapassou dois anos foi necessária aprovação da mesma, o que ainda não ocorreu. Portanto a entrega só ocorreu em março de 2023.

Quanto ao Residencial Cidade Jardim, o Módulo 5 tem entrega prevista para março/2023, Módulo 3 em junho/2023 e o Módulo 4 em março/2023.

Em julho de 2022 a secretaria inscreveu no sistema do Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR dois projetos para a construção de unidades habitacionais na cidade de Fortaleza. Prevê-se a construção de 320 unidades habitacionais voltadas para o reassentamento das pessoas atingidas pela obra do Veículo Leve sobre Trilhos-VLT em dois terrenos, um situado na Rua Teodorico Barroso e outro na Av. Raul Barbosa, além de 768 habitações em terreno situado na Rua Urucutuba. O processo referente ao financiamento foi encaminhado pelo MDR para a Caixa Econômica e a secretaria está trabalhando para atender as solicitações feitas pela instituição. Não houve aporte financeiro pelo Estado.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Convênios com órgãos federais, recursos originários do FECOP e Cota-parte do fundo de participação dos Estados. A entrega teve uma execução financeira de 75,89% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	4.535.000,00	3.111.052,07	3.034.871,40	68,60	66,92
82 - Convênios com órgãos federais	1.470.000,00	582.293,52	578.562,29	39,61	39,36
10 - Recursos provenientes do Fecop	840.000,00	700.000,00	700.000,00	83,33	83,33
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	4.379.234,99	4.124.695,34	4.073.870,36	94,19	93,03
Total	11.224.234,99	8.518.040,93	8.387.304,05	75,89	74,72

Fonte: SIMA

A principal dificuldade para execução financeira foi o período chuvoso que atrasou a obra, quanto aos serviços externos, com isso obra teve seu prazo prorrogado para 2023, não ocorrendo a execução financeira em 2022 como previsto.

1.3. Iniciativa 111.1.03 - Qualificação das condições físicas de unidades habitacionais. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)

Trata-se de construção de banheiros e da recuperação de unidades habitacionais que serão parcialmente atingidas pelas obras de Urbanização, na área de intervenção do Projeto Dendê, em Fortaleza.

Consiste na construção de banheiros em unidades habitacionais na área da Comunidade Dendê, as quais não dispõem desse equipamento ou onde esse equipamento é precário. As famílias serão selecionadas de acordo com o perfil definido pela Equipe Social do Projeto Dendê. Consiste, ainda, em medidas reparatórias que serão realizadas pela empresa contratada para a execução da Urbanização, à medida que houver imóveis parcialmente atingidos com o avanço das obras.

A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS e COREV, que contempla as melhorias mediante Programa Cartão Reforma do Governo Federal e Projeto Dendê.

Houve meta programada de 100 unidades habitacionais reformadas para 2022. Não houve entrega no período.

No âmbito do Projeto Dendê está previsto a construção de 200 banheiros nas casas da Comunidade, no bairro Edson Queiroz em Fortaleza. O projeto e orçamento foram aprovados pela Caixa Econômica Federal e encaminhado em dez/22 para a PGE – Procuradoria Geral do Estado para licitar em 2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e operações de crédito internas. A entrega teve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	340,85	340,85	340,85	100,00	100,00
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46.56 - Operações de crédito internas	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	430.340,85	340,85	340,85	0,08	0,08

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação à fonte 01- Cota-parte do fundo de participação, a dificuldade se deve a não ter havido divulgação do Programa Cartão Reforma por parte do Governo Federal em 2022, como também não teve interesse por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza de conveniar as reformas/melhorias habitacionais

Em relação à fonte 46-Operações de crédito interna, o projeto e orçamento foram aprovados pela Caixa Econômica Federal somente no segundo semestre de 2022 e encaminhado somente em dezembro para licitação na Procuradoria Geral do Estado – PGE.

1.4. Iniciativa 111.1.04 - Expansão da regularização fundiária urbana. Entrega 1829 - Cadastro de Imóvel Georreferenciado (número absoluto)

A iniciativa consiste na regularização dos imóveis urbanos das famílias beneficiadas com unidade habitacional de interesse social, garantindo-se a propriedade da respectiva moradia à família em questão.

O processo de regularização fundiária do imóvel começa no cadastro dos imóveis a ser regularizados, em seguida passa pelo georreferenciamento dos imóveis, a composição das peças técnicas e finaliza com a solicitação ao cartório. O georreferenciamento é o esforço da Secretaria das Cidades e é realizado através de contrato de gestão. É executado por meio da Coordenadoria de Regularização Fundiária (COREF).

Em 2022 houve georreferenciamento de 1.688 imóveis.

De janeiro a dezembro foram realizados o georreferenciamentos de 1.688 imóveis sendo 594 no Residencial Miguel Arraes, 312 no Residencial Leonel Brizola, 84 no Aldemir Martins, 107 no Blanchard Girão, 58 no Residencial Raquel de Queiroz e 336 no Residencial Juraci Magalhães referentes ao Projeto Rio Maranguapinho, 128 no Residencial Santo Sático e 69 no Lupe da Paula.

A entrega foi executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A entrega teve uma execução financeira de 86,43%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.542.900,00	7.051.289,59	7.051.289,59	93,48	93,48
10 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	89.377,21	0,00	0,00	0,00	0,00
46.56 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	500.000,00	63.936,43	63.936,43	12,79	12,79
Total	8.232.277,21	7.115.226,02	7.115.226,02	86,43	86,43

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

Em relação à fonte tesouro, ocorreu a interrupção da execução das atividades previstas nos Contratos 09/2019 e 010/2019 com a Empresa Global Engenharia, que não manifestou interesse em aditivar os referidos contratos, causando assim a encerramento dos mesmos, apesar da Secretaria ter solicitado por inúmeras vezes contato com o responsável pela empresa. Reiteramos que existe recurso assegurado no MAPP 5031 - PRÓ MORADIA e já estamos providenciando medidas internas para viabilizar a retomada da execução do Projeto.

Em relação a fonte 46, relacionada às Ações de Regularização Fundiária de Unidade Habitacional do Projeto Dendê (PRO-MORADIA), não houve execução financeira, pois, os serviços não foram iniciados. Foi elaborado um Termo de Referência para licitação, mas a Caixa apontou algumas pendências. Uma nova versão do termo está sendo preparada para ser reenviado para Caixa.

Com relação a execução da fonte 82, o recurso é utilizado para execução das Ações de Regularização Fundiária de Unidade Habitacional do Projeto Maranguapinho. Foram enviados para a HABITAFOR, o levantamento completo dos 8 conjuntos residenciais do Projeto Maranguapinho, contemplando as exigências previstas na Lei 13.465/2017, que trata da REURB- Regularização Fundiária Urbana, para em seguida ser expedida a CRF - Certidão de Regularização Urbana, exigido pelos Cartórios de Registros de Imóveis, para efetuar os registros individuais dos imóveis. O referido levantamento também enviado para CEF - Caixa Econômica Federal no final de 2022 para análise e posterior pagamento. Algumas pendências foram apontadas pela Caixa e por isso não houve a liberação do Recurso.

1.5. Iniciativa 111.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)

A iniciativa promoção do gerenciamento da política pública de habitação de interesse social permitirá a execução dos serviços de apoio técnico e operacional ao desenvolvimento da política.

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados aos projetos por meio de Terceirização e de Contrato de Gestão.

Em 2022 houve a execução dos serviços de apoio técnico operacional, mediante a contratação de colaboradores terceirizados.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 99,93%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	4.921.040,00	4.917.799,27	4.726.031,25	99,93	96,04
Total	4.921.040,00	4.917.799,27	4.726.031,25	99,93	96,04

Fonte: SIMA

1.6. Iniciativa 111.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.

1.6.1. Entrega 1318-Unidade habitacional entregue (número absoluto)

A iniciativa consiste na implementação da primeira etapa do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas mais efetivas na promoção e atenção à saúde, estruturar campo de experimentação em saúde integrado a ações de inovação urbana, econômica e social, promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo da população.

A entrega consiste em implantação (obras e instalações) de Edifício de Habitação de Interesse Social para população excedente de assentamento precário à beira da Lagoa de Porangabussu, em terreno do município.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado e deverá ser executado pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS.

Não houve entrega no ano de 2022 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

Segundo informações da SESA, o Projeto está paralisado. A paralisação do projeto se deu por força da suspensão do início de novas obras e reformas no período de pandemia por Covid-19. Até o momento não houve deliberação de recursos financeiros, internos ou externos, para execução da entrega. Foi decidido em 2021, logo após a revisão do Plano que os Projetos de investimentos das obras do Distrito de Inovação do Ceará seriam rediscutido no Governo do Estado e a gestão ficaria sob a gestão da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE. Aguardando decisão sobre investimentos.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro através de Descentralização orçamentária por parte da SESA. A entrega não teve uma execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

1.6.2. Entrega 1651-Unidade habitacional qualificada (número absoluto)

A entrega refere-se à requalificação das moradias do assentamento precário Beco do Samasa, à beira da Lagoa de Porangabussu.

O projeto é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado e deverá ser executado pela Secretaria das Cidades, por meio da CDHIS.

Não houve programação para essa entrega no ano de 2022 e ainda não foram iniciados os trabalhos para a realização do mesmo conforme demanda da SESA.

Segundo informações da SESA, o Projeto está paralisado. A paralisação do projeto se deu por força da suspensão do início de novas obras e reformas no período de pandemia por Covid-19. Até o momento não houve deliberação de recursos financeiros, internos ou externos, para execução da entrega. Foi decidido em 2021, logo após a revisão do Plano que os Projetos de investimentos das obras do Distrito de Inovação do Ceará seriam rediscutido no Governo do Estado e a gestão ficaria sob a gestão da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE. Aguardando decisão sobre investimentos.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro através de Descentralização orçamentária por parte da SESA. No ano de 2020 não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

2. Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113)

O Programa Habitação de Interesse Social na área rural (113) tem como Órgão Gestor a Secretaria das Cidades. O objetivo do programa é proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural. É composto por 2 (dez) iniciativas executadas pela própria secretaria, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (CDHIS).

Tabela 12 – Iniciativas e Entregas do Programa Habitação de Interesse Social na área rural – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural.	1646-Unidade habitacional implantada	CDHIS	300	0	0,0%
113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural.	1334-Fogão sustentável instalado	CDHIS	1.000	647	64,7%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

2.1. Iniciativa 113.1.01 - Expansão da oferta de habitação de interesse social na área rural. Entrega 1646-Unidade habitacional implantada (número absoluto)

A iniciativa corresponde à construção de Unidades Habitacionais, para beneficiar famílias de baixa renda do meio rural, através do Programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida ou outros Programas que venham a substituí-lo. Além disso, a nível estadual podem ser entregues por meio do programa Cartão Mais Infância na substituição de casas de taipa.

A entrega Unidade habitacional implantada corresponde a unidades habitacionais a serem construídas no meio rural e disponibilizadas à população rural de baixa renda. A entrega é realizada pela Secretaria das Cidades por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Em 2022 estava prevista a entrega de 300 unidades habitacionais, mas nenhuma foi entregue.

As principais dificuldades para entrega das unidades habitacionais no meio rural são:

- 1) O Governo Federal não lançou modalidade no Programa Casa Verde e Amarela que substitua o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural.
- 2) Em relação ao Programa Cartão Mais Infância, de janeiro a dezembro foram iniciados os estudos de viabilidade que é um dos pré-requisitos do programa para selecionar e posteriormente fazer a

substituição das casas de taipa nos municípios de Crateús, Boa Viagem, Massapê, Senador Sá e Sobral, inicialmente.

O Projeto conta com Serviços Técnicos de Georreferenciamento e Aplicação de Questionários para Cadastros Socioeconômicos nos domicílios inadequados das famílias do PROGRAMA CARTÃO MAIS INFÂNCIA, na Zona Rural dos Municípios do Ceará.

A empresa contratada, precisa entregar em seus produtos relatórios técnicos, além de planilhas e mapas, dos 5 municípios contemplados com o projeto. No período, foram apresentados mensalmente, conforme a solicitação de pagamento, e os mesmos foram fiscalizados e atestados por essa coordenadoria onde encontram-se guardados e arquivados para fins comprobatórios.

A realização de Serviços Técnicos de Georreferenciamento e aplicação de questionários para cadastros socioeconômicos, preliminarmente, com 1.047 domicílios divididos em 05 municípios cearenses vem transcorrendo de modo satisfatório, com os estudos técnicos, mapeamentos e georreferenciamentos nesses municípios, inclusive foi aditado em dezembro por mais 90 dias para que fosse feita a conclusão do contrato.

O quantitativo presente na execução refere-se ao número de domicílios que foram visitados e aplicados os questionários.

3) A secretaria inscreveu em uma seleção da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, no mês de maio de 2020, um projeto para a construção de 1.000 casas populares, distribuídas em 10 municípios do estado para substituição de casas de taipa. O resultado da seleção ainda não foi divulgado. Não existem novas contratações nem revisão financeira.

Em janeiro de 2022 foi publicada a lei que institui o Programa Moradia Ceará, que será utilizado na política de moradia no estado. O decreto e as instruções normativas que regulamentarão o funcionamento do programa se encontram em processo de definição.

A entrega foi executada por meio das fontes de recursos Tesouro, do FECOP e Cota-parte do fundo de participação dos Estados. Teve uma execução financeira de 50,94%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
10 - Recursos provenientes do fecop	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	450.000,00	359.575,94	359.575,94	79,91	79,91
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	145.200,00	96.424,06	96.424,06	66,41	66,41
Total	895.200,00	456.000,00	456.000,00	50,94	50,94

Fonte: SIMA

O recurso foi utilizado para pagamento da empresa contrata para realizar os serviços Técnicos de Georreferenciamento e aplicação de questionários para cadastros socioeconômicos.

As principais dificuldades para execução financeira foi o fato de não terem sido liberados recursos para a produção habitacional, nos moldes do que foi operacionalizado pelo programa MINHA CASA MINHA VIDA, substituído em 2020 pelo programa CASA VERDE E AMARELA.

Atualmente, o estado não possui programa próprio dentro da política de habitação de interesse social. O Estado do Ceará está desenvolvendo estudos para a criação de um programa, uma vez que a política do segmento está centralizada no Governo Federal

2.2. Iniciativa 113.1.02 - Promoção da melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural. Entrega 1334-Fogão sustentável instalado (número absoluto)

A iniciativa refere-se à melhoria das condições de habitabilidade por meio da oferta de fogões sustentáveis, os quais possuem tecnologia mais avançada quando o assunto é impacto ao meio ambiente e saúde das famílias, pois necessitam de menos lenha para a combustão (colaborando para a conservação da caatinga) e produzem menos fumaça para o interior das casas, diminuindo assim o risco de problemas respiratórios.

A entrega Fogão Sustentável instalado consiste na doação e instalação do equipamento para famílias de baixa renda que residem nas áreas urbanizadas e/ou agrárias do meio rural, através de seleção realizada pela Secretaria das Cidades, no CADIB - Cadastro Individual de Beneficiários. É executada por meio da CDHIS.

No período de janeiro a dezembro/2022 foram entregues 647 fogões, distribuídos conforme quadro abaixo.

Quadro - Quantidade de fogões instalados por região e município.

Região	Município	Quantidade
1 – Cariri	Várzea Alegre	67
2 – Centro Sul	Acopiara	40
3 – Grande Fortaleza	Caucaia	40
	Paracuru	80
	Paraipaba	04
6 - Litoral Oeste / Vale do Curu	Irauçuba	15
7 – Maciço de Baturité	Itapiúna	40
	Ocara	30
8 – Serra da Ibiapaba	Ubajara	40
9 – Sertão Central	Ibaretama	30
10 – Sertões de Canindé	Canindé	32
	Madalena	30
12 – Sertões de Crateús	Crateús	80
	Santa Quitéria	40
14 – Vale do Jaguaribe	Morada Nova	40
	Tabuleiro	39

Houve um problema com a licitação e não foi possível a aquisição de novos fogões, ficando a aquisição para o primeiro semestre de 2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Fecop. A execução financeira foi de 97,36% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenh o (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	100.000,00	48.693,84	48.693,84	48,69	48,69
10 - Recursos provenientes do fecop	3.470.622,79	3.427.792,64	3.427.792,64	98,77	98,77
Total	3.570.622,79	3.476.486,48	3.476.486,48	97,36	97,36

Fonte: SIMA

3. Programa Gestão Administrativa do Ceará (211)

O Programa Gestão Administrativa do Ceará (211) tem como órgão Gestor a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). O objetivo do programa é promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes. A Secretaria das Cidades executa 4 iniciativas do programa por meio da Coordenadoria Administrativo-Financeira (COAFI) e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP).

Tabela 13 – Iniciativas e Entregas do Programa Gestão Administrativa do Ceará – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos.	1500-Unidade pública administrativa estruturada	COAFI	1	1	100,0%
211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos	1498-Servidor público qualificado	COAFI	30	23	76,7%
211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.	1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada	CODIP	1	6	600,0%
211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos.	1502-Unidade pública administrativa mantida	COAFI	1	1	100,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

3.1. Iniciativa 211.1.01 - Qualificação física e tecnológica da prestação dos serviços públicos administrativos. Entrega 1500-Unidade pública administrativa estruturada (número absoluto)

A iniciativa consiste na qualificação física e tecnológica envolve um conjunto de medidas voltadas à melhoria da prestação dos serviços públicos administrativos, ou seja, para a melhoria na prestação das atividades-meio, tanto no que tange à estrutura, quanto à modernização tecnológica.

A entrega Unidade pública administrativa estruturada se caracteriza por uma estruturação, quer seja física, reforma ou ampliação, quer seja tecnológica, como a melhoria do parque tecnológico, contemplando ainda a aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos ou outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

No ano de 2022 houve a estruturação tecnológica da Secretaria das Cidades, na Grande Fortaleza, por meio da aquisição de 25 computadores e 08 (oito) computadores portáteis e 10 veículos.

Durante o período de janeiro a dezembro/2022 foram adquiridos 10 veículos sendo 01 (uma) PAJERO e 03 (três) L-200 para as demandas da Secretaria e 06 (seis) S-10 para realização das atividades do Programa Águas do Sertão - PAS.

Dos equipamentos de informática foram adquiridos 25 (vinte e cinco) computadores para renovação do quadro tecnológico da Secretaria das Cidades e 08 (oito) notebooks para realização das atividades do Programa Águas do Sertão - PAS.

De mobiliário, consta a aquisição de 77 (setenta e sete) cadeiras giratórias, sendo que a entrega e pagamento dos bens está prevista para 2023.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Quanto aos recursos programados, houve execução financeira de 91,53%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	1.508.079,87	1.380.395,87	1.300.920,87	91,53	86,26
Total	1.508.079,87	1.380.395,87	1.300.920,87	91,53	86,26

Fonte: SIMA

Foram executados 91,53% dos recursos financeiros, sendo que foram utilizados recursos do Programa de Gestão Administrativa e recursos do Programa Orçamentário 622 - Abastecimento de Água e Esgotamento no meio rural para as atividades do Programa Águas do Sertão - PAS.

3.2. Iniciativa 211.1.02 - Qualificação do quadro profissional voltado aos serviços públicos administrativos. Entrega 1498-Servidor público qualificado (número absoluto)

A iniciativa consiste na qualificação do quadro profissional envolve um conjunto de atividades voltadas à preparação do servidor para a implementação dos serviços públicos nas áreas administrativas, como planejamento, orçamento, controle, auditoria, comunicação, administrativo-financeiro, gestão de programas e projetos, dentre outras.

A entrega consiste no Servidor público que passa por um processo de qualificação, inicial e continuada, para o pleno desenvolvimento de suas atividades nas áreas administrativas. Vale ressaltar que só é caracterizada a capacitação maior ou igual a 20 horas/aula. A entrega é acompanhada pela Célula de Gestão de Pessoas (CEGEP) vinculada à COAFI.

No período, 23 (vinte e três) servidores da Secretaria das Cidades foram capacitados, executando 76,7% da meta.

Os cursos voltados para Direito Administrativo, Contabilidade Pública, Gestão de Contratos e Convênios e outros temas referentes às atividades desenvolvidas no âmbito da administração pública.

Como, atualmente, a Secretaria das Cidades dispõe de apenas 21 servidores efetivos em exercício na unidade, sendo a maior parte dos servidores comissionados exclusivos, e como a capacitação é cobrada como cumprimento de metas apenas dos servidores efetivos, não pudemos cumprir com a quantidade de capacitações previamente programadas.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pag o (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e por recursos não orçamentários, uma vez que a Escola de Gestão Pública e outras escolas de Governo, oferece diversos cursos além das capacitações em modalidade EaD, sem custos. Quanto aos recursos programados, não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

3.3. Iniciativa 211.1.03 - Promoção do desenvolvimento institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Entrega 1501-Ação de desenvolvimento institucional implementada (número absoluto)

A promoção do desenvolvimento institucional corresponde a um conjunto de ações voltadas à melhoria do desempenho institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, dos três Poderes, como a realização de planejamento estratégico organizacional, redesenho de processos administrativos, promoção da governança administrativa, dentre outras ações estratégicas.

A entrega Ação de Desenvolvimento Institucional Implementada refere-se à execução de atividades como desenho ou redesenho de processos, avaliação de desempenho, instalação de comitê executivo da instituição, dentre outras. As atividades são desenvolvidas pelo Núcleo de Desenvolvimento Institucional - NUDIN e pelas comissões de avaliação de desempenho.

No período de janeiro a dezembro/2022 foram concluídas 6 atividades de desenvolvimento institucional, superando a meta em 600%.

As entregas realizadas foram:

- Conclusão do Fluxograma de Manifestações de Ouvidoria, e do Fluxograma de Tratamento de Denúncias, ambos os trabalhos desenvolvidos junto à Ouvidoria da SCidades, para melhor visualização dos referidos processos, tanto pelo cidadão quanto pelo público interno;
- Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório;
- Avaliação de Desempenho da Ascensão Funcional 2018/2019;
- Avaliação de Desempenho da Ascensão Funcional 2019/2020;
- Avaliação do Desempenho dos servidores da Carreira Gestão Territorial Urbana, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Gestão Urbana e Territorial (GDUT) do ciclo 2021.2;

- Avaliação do Desempenho dos servidores da Carreira Gestão Territorial Urbana, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Gestão Urbana e Territorial (GDUT) do ciclo 2022.1.

Além destas, estão em andamento:

- 60% dos trabalhos referentes à implantação do Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (SUITE), na SCidades, que faz parte do Projeto Papel Zero do Programa Governo Digital, que, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (Seplag), objetiva implantação do sistema de tramitação eletrônica de processos nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará. As próximas etapas continuarão sob orientação da Seplag;
- 50% dos trabalhos de desdobramento, em processos, da Cadeia de Valor da SCidades. A Secretaria está trabalhando juntamente com a Seplag, na implantação da gestão por processos. Atualmente, está sendo finalizada revisão dos trabalhos, para retomada das reuniões de desdobramento em questão;
- 10% dos trabalhos referentes ao Plano de Melhoria da Gestão do Modelo de Governança e Gestão das Transferências da União (GestãoGov), inicialmente denominado Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr).

As principais dificuldades estão relacionadas à falta de recursos humanos para realização das atividades, bem como a capacitação dos mesmos para desenvolvimento das ações. No período não houve execução financeira para realização das atividades.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e também por recursos não orçamentários. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pag o (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

3.4. Iniciativa 211.1.04 - Promoção dos serviços públicos administrativos. Entrega 1502- Unidade pública administrativa mantida (número absoluto)

A promoção dos serviços públicos administrativos corresponde à manutenção da realização de atividades administrativas de todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Ceará, direta e indireta, dos três Poderes.

A entrega Unidade pública administrativa mantida tem suas atividades administrativas custeadas para a garantia de seu pleno funcionamento. É executada por meio da COAFI.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira (empenhado) de 94,08%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	9.540.886,81	8.975.689,58	8.678.026,20	94,08	90,96
Total	9.540.886,81	8.975.689,58	8.678.026,20	94,08	90,96

Fonte: SIMA

4. Programa Encargos gerais do estado (212)

O Programa Encargos gerais do estado (212) tem como órgão Gestor a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). É composto por 3 (três) iniciativas que são executadas pela Secretaria das Cidades. O objetivo do programa é cumprir os encargos legais e constitucionais sob responsabilidade do Estado. Ao contrário dos demais programas, por sua característica de Programa Especial, não há geração de entregas para a sociedade ou para o governo.

Tabela 14 – Iniciativas do Programa Encargos gerais do estado – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais	Não se aplica	SCIDADES	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

4.1. Iniciativa 212.1.01 - Cumprimento das obrigações legais e constitucionais imputadas ao Estado.

A iniciativa corresponde ao pagamento das obrigações legais e constitucionais. Especificamente para o ano de 2022 foram previstos possíveis pagamentos de indenizações provenientes de entregas do PPA anterior e Devolução de Recursos de Convênios e Contratos de Financiamento.

A entrega estava prevista para ser executada por meio da fonte de recursos Tesouro e 82 - Convênios com Órgãos Federais. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 - Convênios com Órgãos Federais	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A Secretaria das Cidades fez uma previsão de pagamento de indenizações referentes ao Programa Cidades I e a Devolução de Recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social – BNDES. A devolução é referente a glosas e saldos remanescentes do programa de inclusão produtiva dos Arranjos Produtivos Locais, financiado por um contrato de colaboração financeira nº 09.2.0994.1, assinado em 2010, entre a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social, no valor de R\$ 8.000.000,00, Fonte BNDES – R\$ 4.000.000,00, Fonte Estado – R\$ 4.000.000,00.

A devolução do recurso do BNDES foi realizada na sua totalidade no final do ano de 2021. A Proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2022, foi elaborada em agosto de 2021 quando ainda não havia sido feita devolução do recurso para o BNDES e por isso, foi programado um valor na fonte 82, caso não fosse realizado o pagamento no ano de 2021. Tendo sido realizado, o valor não precisou ser utilizado no ano de 2022.

No tocante à fonte tesouro, o pagamento das indenizações referente ao Programa CIDADES I não foi possível ser efetuado o empenho, uma vez que não havia limite necessário no MAPP 2973.

4.2. Iniciativa 212.1.02 - Investimento do Estado nas empresas estatais

A iniciativa corresponde ao pagamento de despesas relativas ao aumento da participação acionária do Estado nas empresas estatais.

Trata-se do contrato que tem como objetivo o Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza, e a Implantação dos Distritos de Medição e Controle (DMC), será licitado pela SCidades, e executado pela CAGECE. Está em fase final do processo licitatório.

A entrega é executada por meio de Operações de crédito externas - IPF/BIRD. Não houve execução financeira no período.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46 - Operações de crédito externas - IPF/BIRD	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

O recurso não foi utilizado tendo em vista que o instrumento ainda estava em fase de licitação.

Nos primeiros meses do ano de 2023, foi solicitado pela Seplag, que a Secretaria das Cidades elabore um instrumento Mapp próprio para execução do contrato, tendo em vista que o Mapp que já está aprovado tem como órgão gestor a Cagece. O Mapp proposto deverá ter especificado no nome Aporte de Capital para Cagece.

5. Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222)

O Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas (222) tem como órgão Gestor a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). É composto por 7 (sete) iniciativas das quais apenas 1(uma) foram executadas pela Secretaria das Cidades. O programa tem por objetivo promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

Tabela 15 – Iniciativas e Entregas do Programa Gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará.	132-Concurso público realizado	COAFI	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

5.1. Iniciativa 222.1.03 - Expansão da força de trabalho para a implementação das políticas públicas no estado do Ceará. Entrega 132-Concurso público realizado.

A iniciativa se refere à expansão da força de trabalho por meio da entrega de novos servidores efetivos, temporários e empregados públicos. A entrega representa a realização de concursos e seleções públicas para servidores efetivos, temporários e empregados públicos no âmbito dos Órgãos e Entidades estaduais.

Não houve programação de entrega para o período.

A entrega Concurso Público Realizado representa a realização de concursos e seleções públicas para servidores efetivos, temporários e empregados públicos no âmbito dos Órgãos e Entidades estaduais. Não havia previsão de realização de concurso público para Secretaria das Cidades no ano de 2022. No período, foi aberto um processo para contratação de estagiários de níveis superior e médio, mas, em virtude das vedações do período eleitoral, a contratação ainda não pôde ser realizada. Além disso, foi instituída no início do ano de 2023, uma comissão para avaliar o déficit de servidores na Secretaria das Cidades. O resultado dos trabalhos poderá subsidiar eventual concurso público posterior.

A entrega será executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Tesouro	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

6. Programa Governança Interfederativa das Regiões (241)

O Programa Governança Interfederativa das Regiões (241) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades (SCidades). Tem como objetivo ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. É composto por 5 (cinco) iniciativas das quais 4 (quatro) são executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur) e pelo Conselho Estadual das Cidades (ConCidades). Além deste, a Secretaria da Fazenda (Sefaz) executa a iniciativa relacionada à Implantação da Governança interfederativa e gestão fiscal cooperada.

Tabela 16 – Iniciativas e Entregas do Programa Governança Interfederativa das Regiões – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas	1650-Plano publicado	CODUR	1	0	0,0%
241.1.02 - Promoção do planejamento municipal.	1650-Plano publicado	CODUR	2	0	0,0%
241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios.	102-Capacitação realizada	CODUR	2	0	0,0%
241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.	137-Conselho mantido	CODUR/ CONCIDADES	1	1	100,0%
	1509-Assessoria realizada	CODUR/ CONCIDADES	5	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

6.1. Iniciativa 241.1.01 - Promoção do planejamento urbano integrado das regiões metropolitanas. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)

A iniciativa Promoção do planejamento urbano integrado tem como alvo a gestão dos municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza, visando a elaboração e publicação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

O plano publicado refere-se ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado elaborado e entregue à Assembleia Legislativa para aprovação em lei. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

No período de janeiro a dezembro/2022 não foi entregue nenhum plano.

Estava prevista a entrega do PDUI Cariri que já está finalizado. No entanto, para ser concluída a entrega é necessária aprovação na Assembleia Legislativa para ser publicado.

Encontra-se em andamento a elaboração do PDUI de Fortaleza. Durante o período foi firmado com a Prefeitura de Fortaleza, por meio do IPLANFOR-Instituto de Planejamento de Fortaleza, um convênio para execução do plano. O prazo de execução é de 16 meses, com previsão de entrega em outubro de 2023.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos ordinários - Tesouro. Houve execução financeira de 92,25% conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	2.595.000,00	2.393.809,98	2.393.809,98	92,25	92,25
Total	2.595.000,00	2.393.809,98	2.393.809,98	92,25	92,25

Fonte: SIMA

Quanto à execução financeira, foi executado 92,25% do recurso planejado. Foi realizado o repasse de quase todo o valor pois o projeto vai contar com a contratação da ONU HABITAT, onde o pagamento é realizado no ato da contratação. O projeto encontra-se na fase de levantamento de dados.

6.2. Iniciativa 241.1.02 - Promoção do planejamento municipal. Entrega 1650-Plano publicado (número absoluto)

A Promoção do planejamento municipal tem como alvo as gestões dos municípios com mais de 20 mil habitantes e, prioritariamente, os que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado, estreitando relações por meio de articulações com os municípios envolvidos, objetivando a elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores Participativos (PDP).

O plano publicado refere-se à elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores Participativos (PDP) nas regiões do Cariri e Grande Fortaleza e os demais planos urbanísticos ambientais. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não foi concluído nenhum Plano Diretor Participativo (PDP) no ano de 2022.

Para o ano de 2022 foi programada a entrega de um plano na região do Cariri e outro plano na região do maciço de Baturité. No entanto, não existem recursos aprovados para a Consultoria e contratação de mão de obra qualificada para realização da elaboração e/ou revisão dos planos diretores municipais. Foi apresentada uma proposta na última reunião de planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos prioritários, mas não obteve aprovação da governadora.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Não existe instrumentos aprovados para a Consultoria e contratação de mão de obra qualificada para realização da elaboração e/ou revisão dos planos diretores municipais. Foi apresentada a proposta na última reunião, mas não obteve aprovação.

6.3. Iniciativa 241.1.03 - Promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios. Entrega 102-Capacitação realizada (número absoluto)

A promoção da qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios tem como alvo as gestões municipais, por meio da contratação de consultoria especializada para realização de estudos e reestruturação da gestão fiscal, econômica e financeira do município por meio de capacitação dos gestores municipais, tendo como fim o desenvolvimento de um programa consistente de autossustentabilidade financeira e fiscal em municípios de porte médio e com população de 30 a 80 mil habitantes.

A capacitação refere-se ao treinamento de gestores e técnicos dos municípios em temas relacionados à gestão fiscal e tributária. É executado por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbanos (CODUR).

Não houve entrega no ano 2022.

Não houve aprovação de nenhum termo de referência para contratação de Consultoria. Mesmo após a readequação das metas da entrega para 2021, não foi possível contratação de equipe especializada para realização de consultoria e assessoramento.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram a não houve aprovação do instrumento específico (Mapp) para realizar a contratação de Consultoria.

6.4. Iniciativa 241.1.04 - Promoção do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano nos municípios.

6.4.1. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)

A ampliação do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento urbano tem como público prioritário os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral visando a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades, estimulando sua articulação com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano para a elaboração dos Planos Diretores e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI. O apoio se dá através da mobilização dos municípios em seminários de sensibilização para criação de Conselhos Municipais

das Cidades, viagens às regiões, orientação do funcionamento e acompanhamento dos conselhos municipais, finalizando na Conferência Estadual das Cidades.

A entrega refere-se à manutenção do Conselho Estadual das Cidades do Ceará, a fim de possibilitar, em observância às diretrizes estabelecidas em seu Regimento Interno, a realização de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias do ConCidades, a realização de seminários regionais preparatórios para as conferências, a realização da Conferência estadual, dentre outras ações. A entrega é executada pelo ConCidades.

Houve manutenção do Conselho das Cidades no ano de 2022.

Entre janeiro a agosto foram realizadas duas reuniões por meio virtual para a retomada das atividades relacionadas ao Conselho Estadual das Cidades. Foram definidas as atualizações dos Conselheiros e atualizados os assuntos que serão discutidos e debatidos nas próximas reuniões do conselho. Em outubro/novembro ocorreram duas reuniões extraordinárias do Conselho para Avaliação do PPA no Biênio 2020-2021.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Não houve execução financeira, pois, as reuniões foram realizadas de forma virtual. As reuniões não puderam ser realizadas de forma presencial, pois não existiam atas de adesão abertas para custear hospedagem e alimentação dos conselheiros oriundos do interior do Ceará.

6.4.2. Entrega 1509-Assessoria realizada (número absoluto)

A entrega refere-se ao atendimento ao município por meio da realização de atividades voltadas para sensibilização das gestões municipais e da sociedade civil organizada, visando a criação dos conselhos municipais das cidades, prioritariamente nos municípios que compõem as regiões metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Sobral e que ainda não tenham seus conselhos instituídos. As atividades consistem em seminários regionais para sensibilização, visitas às regiões e acompanhamentos à distância dos municípios com objetivo de orientar e tirar dúvidas. A entrega é executada pelo ConCidades.

A meta para 2022 foi a realização de 5 assessorias aos municípios, mas não foi realizada nenhuma assessoria.

Estava prevista a assessoria em 5 municípios nas regiões do Cariri, Grande Fortaleza e sertão de Sobral mais não houve aprovação de projeto para iniciativa. No ano de 2022 foi iniciado um projeto através de Contrato de Gestão, da Municipalização do trânsito no Estado do Ceará, esse projeto será uma assessoria aos municípios pertencentes as regiões onde os índices com incidentes no trânsito são altíssimos (Acarauá na região 5 e Tauá na região 3) A assessoria acompanhará a articulação e mobilização junto aos municípios na elaboração de documentos técnicos para constituição de pelo menos 2 consórcios públicos de trânsito no Estado do Ceará. Está em desenvolvimento a Minuta do Contrato de Rateio e Início de pesquisa e de levantamento de dados para elaboração do Estudo de

Viabilidade, além do Início do desenvolvimento da Minuta do Projeto de Lei (para aprovação dos Consórcios).

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. Houve execução financeira de 97,56% conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	20.000,00	820.000,00	800.000,00	800.000,00	97,56
Total	20.000,00	820.000,00	800.000,00	800.000,00	97,56

Fonte: SIMA

O recurso foi utilizado para contratação da equipe. A previsão de entrega é abril de 2023.

7. Programa Atração e desenvolvimento industrial (331)

O Programa Atração e desenvolvimento industrial (331) tem como órgão Gestor a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET). O objetivo do programa é promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, com ampliação da competitividade. É composto por 6 (seis) iniciativas das quais apenas 1 (uma) é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Tabela 17 – Iniciativas e Entregas do Programa Atração e desenvolvimento industrial – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado PPA	Realizado PPA	
331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050.	184-Empreendimento implantado	UGP II	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

7.1. Iniciativa 331.1.04 - Expansão de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado consideradas prioritárias no âmbito da Plataforma Ceará 2050. Entrega 184-Empreendimento implantado (número absoluto)

Esta iniciativa consiste em atrair empreendimentos industriais, preencher os elos faltantes da cadeia produtiva e incentivar o investimento em inovação e tecnologia nos sistemas produtivos e de gestão, visando à ampliação de sua produtividade e competitividade.

O produto refere-se ao investimento produtivo beneficiado pela Política de Incentivos do Estado do Ceará e materializado mediante Resolução de Implantação expedida pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, considerando também, as ações necessárias (serviço ou infraestrutura) para viabilizar a implantação ou modernização de um parque fabril a fim de garantir a instalação de empreendimentos de médio e grande porte no Estado do Ceará.

Por meio da iniciativa-entrega foi construído o Polo Metalmeccânico de Tabuleiro do Norte. No entanto, a obra após deverá ser entregue pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (ADECE), não cabendo à Secretaria das Cidades o cômputo da mesma. A obra foi entregue em junho de 2021.

A entrega pode ser executada por meio de Recursos Ordinários e Cota-parte do fundo de participação dos municípios. No período avaliado, não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Devido a conclusão da obra de Implantação do Polo Metal Mecânico de Tabuleiro do Norte, e considerando que esta obra foi realizada com 100% de recursos BID, não houve necessidade de utilização da fonte Tesouro para pagamento de obrigações tributárias e contributivas. Esta obra foi cedida para a ADECE.

Em relação à fonte 01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados não pode ser executada na sua totalidade devido o recurso ser originário de emendas parlamentares – modalidade especial, não podendo ser remanejadas para o orçamento da Secretaria das Cidades.

8. Programa Promoção da requalificação urbana (341)

O Programa Promoção da requalificação urbana (341) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem como objetivo requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade. É composto por 3 (três) iniciativas das quais 2 (duas) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb) e Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II). A Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Superintendência de Obras Públicas (SOP) e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE) também são órgãos executores do programa.

Tabela 18 – Iniciativas e Entregas do Programa Promoção da requalificação urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos.	1593-Espaço urbano requalificado	COURB/ UGP II	40.100,00	116.557,32	290,7%
341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.	1332-Via implantada	COURB	-	-	Descontinuada
	1361-Via pavimentada	COURB	699.852,33	859.338,41	122,8%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

8.1. Iniciativa 341.1.01 - Expansão da requalificação de espaços públicos urbanos. Entrega 1593-Espaço urbano requalificado (metro quadrado)

A iniciativa expansão da requalificação de espaços públicos urbanos consiste na reforma ou construção de espaços e equipamentos públicos nos municípios cearenses, priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social e os municípios com deficiências em espaços e equipamentos urbanos, através de instrumentos de contrato ou convênios e congêneres com as prefeituras municipais.

A entrega Espaço urbano requalificado refere-se às áreas beneficiadas com construção, reforma, melhoria e reestruturação de edificações, a exemplo de mercados, bibliotecas, creches, galpões, centros de comercialização, abrigos, salas de cinema, auditórios, centros de velório, cemitérios, estádios, quadras poliesportivas e praças, como também ao imóvel para desenvolvimento de atividades meio da Administração municipal destinadas à oferta de serviço público, incluindo elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros. A entrega é executada por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb) e da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Em 2022 foram entregues 23 obras em 18 municípios e 7 regiões de planejamento com um total de 116.557,32 m².

Está sendo executado, por meio do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Estado do Ceará, nos Vale do Jaguaribe e Acaraú, a obra de Urbanização da Lagoa do Pontal no município de Quixeré - Vale do Jaguaribe - com uma extensão total de 97.000 m². A obra encontra-se com execução física concluída. Porém foram identificadas algumas correções necessárias para entrega da obra. A empresa contratada continua a execução das correções solicitadas.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, cota-parte do fundo de participação dos estados e convênios com órgãos federais. No período teve uma execução financeira de 92,79% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	17.390.801,34	16.485.246,76	16.485.199,26	94,79	94,79
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	9.971.756,95	9.041.781,79	7.930.288,42	90,67	79,53
82 - Convênios com órgãos federais	200.000,00	47.450,97	0,00	23,73	0,00
Total	27.562.558,29	25.527.028,55	24.415.487,68	92,79	95,47

Fonte: SIMA

As principais dificuldades na execução financeira foram:

Em relação a Fonte 082 (Convênios com o Governo Federal) sua baixa execução deve-se ao andamento da Entrega do Mapp 3261 referente a construção de uma Praça do Programa Mais Infância (Fortaleza-CE) que se encontra atualmente paralisada. Foi emitida Ordem de reinício nº 038/2021 assinada pelo responsável da empresa Alves Freitas Construções apenas em 21 de junho de 2021. Além disso, a empresa Alves Freitas aguarda o deferimento do Aditivo de Valor (Processo nº 11675550/2021), o qual foi analisado pela SOP e encaminhado à Secretaria das Cidades para Deferimento ou Arquivamento do Gestor responsável.

Assim como ocorreu em 2021, foi ocasionada pela paralisação da obra, solicitada pela empresa Alves Freitas Construções e acatada pela SOP, a alegar aquela, a necessidade de replanejamento do projeto, pendências de medições e reajuste do valor contratual. Isto motivou atrasos nas medições da obra. Encontra-se empenhado e aguardando liberação o recurso federal no valor de 47.450,97, que deverá ser pago no ano de 2023 como DEA (Despesas de Exercícios Anteriores).

8.2. Iniciativa 341.1.02 - Expansão da requalificação viária em espaços urbanos.

8.2.1. Entrega 1332-Via implantada (metro quadrado)

A expansão da requalificação viária em espaços urbanos consiste implantação e recuperação de vias de acesso no perímetro urbano das cidades, sinalização, recuperação de passeio e implantação de ciclovias, através de formalização de instrumentos de convênio entre Estado e municípios ou por meio de contratos de financiamentos internacionais, para execução da política pública de urbanização e de desenvolvimento sustentável, em todas as regiões do Estado.

A via implantada refere-se ao caminho ou estrada construído, destinado ao pedestre, transporte de passageiros e/ou cargas. Pode ser construída em: Pedra tosca; Paralelepípedo; Bloquete; Pedras decorativas ou Asfalto. Refere-se também à estruturação de vias em espaços urbanos, envolvendo, dentre outras interferências: pavimentação, sinalização, recuperação de passeio e implantação de ciclovias.

Em 2022 a entrega foi descontinuada na Revisão do PPA.

8.2.2. Entrega 1361-Via pavimentada (metro quadrado)

A via pavimentada refere-se à pavimentação de caminho ou estrada já existentes, destinado ao pedestre, transporte de passageiros e/ou cargas. Pode ser pavimentada em: Pedra tosca; Paralelepípedo; Bloquete; Pedras decorativas ou Asfalto. A entrega é executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Courb).

Em 2022 foram entregues 84 obras em 59 municípios e 13 regiões de planejamento. A área total é de 859.338,41 m² de via pavimentada.

As principais dificuldades e riscos estão relacionadas às inadimplências dos convenientes, os quais impedem os repasses financeiros, impactando no atraso dos prazos das obras. E ainda, problemas relacionados ao reflexo da Pandemia da Covid-19.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro e Cota – parte do fundo de participação dos estados. A entrega teve uma execução financeira de 87,58% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	57.616.786,58	57.393.925,32	53.932.684,63	99,61	93,61
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	38.367.057,65	26.672.520,97	25.055.233,14	69,52	65,30
Total	95.983.844,23	84.066.446,29	78.987.917,77	87,58	82,29

Fonte: SIMA

A fonte 01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados não pode ser executada na sua totalidade devido o recurso ser originário de emendas parlamentares – modalidade especial, não podendo ser remanejadas para o orçamento da Secretaria das Cidades.

9. Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343)

O Programa Mobilidade, trânsito e transporte (343) tem como órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do programa é ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança. É composto por 23 iniciativas das quais 1 (uma) foi executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur).

Tabela 19 – Iniciativas e Entregas do Programa Mobilidade, trânsito e transporte – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros	1469-Passageiro de transporte público beneficiado	CODUR	46.241	31.836	68,85%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

9.1. Iniciativa 343.1.10 - Promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros - Entrega 1469-Passageiro de transporte público beneficiado (número absoluto)

A promoção da integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros tem como público-alvo os passageiros de transporte público intermunicipal, visando o repasse dos benefícios para utilização do Bilhete Único Metropolitano (BUM).

A entrega Passageiro de transporte público beneficiado refere-se a pessoa (passageiro) que utiliza, ao menos uma vez, o Serviço Regular de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF fazendo a integração com o Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Fortaleza e, também, a pessoa (passageiro) que utiliza ao menos uma vez o serviço de transporte público Intermunicipal de passageiros da Região Metropolitana do Cariri - RMC, fazendo a integração com o serviço público de transporte urbanos municipais da RMC, por meio da utilização do Bilhete Único Metropolitano - BUM.

Este Entrega é executado pela Secretaria das Cidades por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (Codur). O DETRAN-CE realizava a conferência das informações repassadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), por meio do qual é ofertado o serviço à população com o benefício da tarifa integrada, subsidiada pelo Governo do Estado do Ceará.

Conforme Lei nº16.7010 de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, alterando a estrutura da administração Estadual, em seu Art.46, I, h, é de competência da Agência Reguladora de Serviços Públicos delegados do Estado do Ceará-ARCE, atuando como Interveniente Técnico do Sistema de transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado

do Ceará. Sendo assim desde agosto de 2019, a ARCE, é responsável por operacionalizar, gerar e encaminhar os Relatórios do Sistema Integrado de Transportes-SIT.

Os relatórios são encaminhados via Processo Físico, com ofício para essa Secretaria, alegando conformidade nos dados que foram gerados e atestando as informações, para que se possa dar continuidade aos processos de pagamentos.

Desde o início de janeiro o Sistema de informações não estava emitindo relatórios com o quantitativo de passageiros beneficiados e integração realizadas, pois estava passando por auditoria Técnica por parte da Equipe de Tecnologia da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Ceará –ARCE, com o apoio do setor de informática do Sindiônibus, visando conferir maior precisão aos resultados dos processos de pagamento do Bilhete Único Metropolitano (BUM) aos operadores habilitados do Sistema de Transportes Metropolitano de Passageiros. Os relatórios voltaram a ser emitidos a partir de maio/2022.

Em 2022 foram beneficiados 31.836 passageiros com o subsídio à tarifa integrada, mediante a utilização do Bilhete Único Metropolitano, sendo 28.601 na Região Metropolitana de Fortaleza e 3.235 na Região Metropolitana do Cariri. O programado para o ano foi de 46.241 passageiros, com execução de 68,85%.

Os passageiros realizaram um total de 1.953.538 integrações em 2022, sendo 1.786.801 integrações na RMF e 166.737 integrações na RMC, utilizando o Bilhete Único Metropolitano, ao se deslocar, pelo menos uma vez, utilizando o serviço de transporte público urbano metropolitano de passageiros, no modal ônibus, integrado com o serviço de transporte urbano de Fortaleza.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Tesouro. A entrega teve uma execução financeira de 95,72% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	4.098.810,00	3.923.400,40	3.738.582,30	95,72	91,21
Total	4.098.810,00	3.923.400,40	3.738.582,30	95,72	91,21

Fonte: SIMA

10. Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621)

O Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana (621) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. O objetivo ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas. É composto por 11 (onze) iniciativas executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II) e da Coordenadoria de Obras Urbanas (COURB). As ações do programa são realizadas também por meio da Secretaria do Turismo, Cagece e Ceasa. Além dessas, também tem ações executadas por meio do Fundo Estadual de Saneamento Básico-FESB.

Tabela 20 – Iniciativas e Entregas do Programa Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2021.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água	1073-Sistema de abastecimento de água ampliado	COSAN	-	-	Sem programação
	322-Ligação domiciliar de água realizada	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	537-Sistema de abastecimento de água implantado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	538-Sistema de abastecimento de água melhorado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.	1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado	COSAN	-	-	Sem programação
	324-Ligação domiciliar de esgoto realizada	COSAN	0	295	-
	475-Projeto elaborado	COSAN	1	0	0,0%
	542-Sistema de esgotamento sanitário implantado	COSAN	-	-	Sem programação

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
	543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.	1024-Estudos e projetos realizados	COSAN	-	-	Sem programação
	137-Conselho mantido	COSAN	1	1	100,0%
	467-Projeto apoiado	COSAN	1	1	100,0%
621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento.	237-Evento realizado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso.	1339-Sistema de reuso de água implantado	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento.	475-Projeto elaborado	COSAN/UGP II	0	11	-
621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.	1709-Sistema de informação desenvolvido	COSAN	-	-	Sem programação
	475-Projeto elaborado	COSAN	-	-	Sem programação
621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais.	934-Sistema de drenagem implantado	COSAN/COURB	-	-	Sem programação

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

10.1. Iniciativa 621.1.01 - Expansão do serviço de abastecimento de água.

10.1.1. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (número absoluto)

A iniciativa de expansão do serviço de abastecimento de água inclui a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em âmbito local e regional. A entrega se refere à Sistemas de abastecimento de água que se integram a sistemas já existentes. São compostos por manancial,

adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

Deverá ser executada pela Cagece havendo apenas o repasse financeiro para a execução das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos da fonte Dividendos e Convênios com órgãos federais. A entrega teve uma execução financeira de 61,71% (empenhado) conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos Federais	13.510.046,81	10.845.727,33	10.845.727,33	80,28	80,28
6.82 - Convênios com órgãos Federais	2.664.333,52	2.407.474,63	2.407.474,63	90,36	90,36
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.06 - Dividendos - Cagece	13.421.587,45	12.907.105,98	12.907.105,98	96,17	96,17
3.06 - Dividendos - Cagece	4.410.379,55	2.373.530,23	2.229.315,94	53,82	50,55
Total	34.006.347,33	28.533.838,17	28.389.623,88	83,91	83,48

Fonte: SIMA

Houve boa execução financeira no período. No entanto ainda houveram alguns problemas na execução dos sistemas pela Cagece.

O primeiro problema vem da mudança do sistema corporativo (Siafe) já citado na introdução desse documento.

Listamos abaixo alguns pontos que contribuíram negativamente para execução orçamentária, por empreendimento, considerando análise dos ressarcimentos realizados sistematicamente:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Umirim, Oiticica e Caxitoré » Contrato está em rescisão, uma vez que o prazo contratual terminou e a empresa não concluiu os serviços em tempo hábil. Como o atraso de execução foi ocasionado pela própria empresa, a Cagece decidiu por rescindir o contrato.
- Sistema de Abastecimento em Tauá » Em razão do não cumprimento de cronograma de obra e não fornecimento de materiais e equipamentos para viabilizar a conclusão da parte civil da obra houve a necessidade de rescisão contratual com a construtora atual.
- Sistema de Abastecimento de Água em Russas » Para contratação das travessias, foram realizadas duas licitações, ambas fracassadas por falta de interessado, então foi decidido realizar uma dispensa de licitação para agilizar a contratação e conseqüentemente a finalização da obra.

10.1.2. Entrega 322-Ligação domiciliar de água realizada (número absoluto)

A entrega refere-se à implantação de hidrômetro que efetiva a ligação domiciliar à rede de abastecimento de água.

Não houve programação para essa entrega.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos do FESB. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

10.1.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega se refere a Estudos e projetos voltados para a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

10.1.4. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (número absoluto)

Sistemas de abastecimento de água que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. Sua implantação gera novas ligações.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

10.2. Iniciativa 621.1.02 - Qualificação do serviço de abastecimento de água.

10.2.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A iniciativa se refere a otimização ou manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam redução perdas, melhoria da qualidade de água ou da prestação do serviço.

A entrega refere-se a Estudos e projetos voltados para a melhoria de sistemas de abastecimento de água. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2022, apenas para 2023.

Durante o período foi assinado o contrato cujo objeto é a Elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Abastecimento de Água de Caucaia e a ordem de serviço emitida em junho/2021. No período de janeiro a dezembro foi realizada a entrega Parcial do Produto 1 e por isso não houve execução financeira.

10.2.2. Entrega 538-Sistema de abastecimento de água melhorado (número absoluto)

A entrega consiste no Sistema de abastecimento de água que sofreu intervenção visando redução de perdas, melhoria da qualidade de água ou da prestação de serviço sem incremento de ligações totais.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A Cagece é a executora das obras e a SCidades apenas repassa os recursos. Apesar de não haver execução financeira por parte da Secretaria das Cidades, a Cagece concluiu um sistema de abastecimento: Entrega da Interferência da Cagece nas obras do VLT, em Fortaleza, beneficiando 62.744 habitantes e outras obras estão em andamento.

Na Região Grande Fortaleza (03)

» Interferência da Cagece nas obras do VLT (MAPP 127), em Fortaleza. Execução física concluída em 02/12/2022 e financeiramente concluída em 21/12/2022. No período de janeiro a dezembro foram executados serviços de pavimentação asfáltica, cadastro técnico de adutora, rede de água e rede de esgoto.

» Interferências das obras de ampliação do Anel Viário com o Sistema de Abastecimento de Água das Região Metropolitana de Fortaleza (MAPP 159). A execução financeira acumulada do empreendimento é de 76,31%. Não houve execução física no período. Obra paralisada, com ordem emitida em 07/07/2021. Motivo: aguardando parada do microssistema de água e RMF para viabilizar dois injetamentos no sistema da obra do Anel Viário.

Na Região Litoral Oeste / Vale do Curu (06)

» Implantação da Nova Estação de Tratamento de Água de Itapipoca (MAPP 365). A execução financeira global acumulada do empreendimento é de 28,73%. Em execução, com ordem emitida em 24/03/2022. No período, foram executados serviços da instalação de obras, estação de tratamento de água, elaboração do plano de gerenciamento de resíduos da construção civil e administração local.

Na Região Serra da Ibiapaba (08)

» Ampliação do Sistema Adutor da Ibiapaba - Ramal Sul (MAPP 161), obra em execução, com 91,88% de execução financeira global do empreendimento. No período, foram executadas partes dos serviços da estação elevatória de água tratada EE-3A, elevatória de água tratada EE-4A, elevatória de água tratada EE-5A, elevatória de água tratada EE-6A, reservatório apoiado de 300m³ em São Benedito, travessias, subestação elétrica e adutora de água tratada.

10.3. Iniciativa 621.1.03 - Expansão do serviço de esgotamento sanitário.

10.3.1. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (número absoluto)

A iniciativa de expansão do serviço de esgotamento sanitário inclui a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em âmbito local e regional.

A entrega Sistema de Esgotamento Sanitário Ampliado consiste na integração a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2022, apenas para 2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Operações de crédito internas, Dividendos - CAGECE e Convênios com órgãos federais. A execução financeira foi de 67,06%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos Federais	11.707.526,99	4.222.802,52	4.222.802,52	36,07	36,07
6.82 - Convênios com órgãos Federais	7.484.724,46	6.155.753,41	6.155.753,41	82,24	82,24
46 - Operações de Crédito Internas	1.241.763,00	383.485,87	383.485,87	30,88	30,88
00 - Recursos Ordinários	169.327,66	169.327,66	169.327,66	100,00	100,00
1.06 - Dividendos - Cagece	1.576.412,55	1.076.894,67	1.076.894,67	68,31	68,31
3.06 - Dividendos - Cagece	18.099.829,06	15.002.458,55	15.002.458,55	82,89	82,89
Total	40.279.583,72	27.010.722,68	27.010.722,68	67,06	67,06

Fonte: SIMA

As principais dificuldades relacionadas à execução financeira nas fontes 46 e 82, refere-se aos contratos das obras dos sistemas de esgotamento sanitário de Mauriti e Milagres, foram assinados depois do período em análise, em julho e agosto, respectivamente. O Contrato de Mauriti teve com 0,74% de execução financeira e o contrato de Milagres não teve execução pois estava aguardando a liberação do órgão financiador. No entanto, devido à lentidão da construtora, no caso de Mauriti, o contrato foi rescindido pela Secretaria. Em relação ao contrato do sistema de Milagres, a construtora não chegou nem a assinar a ordem de serviço e rescindiu o contrato amigavelmente.

O Projeto Farol Novo (PRO-MORADIA) teve seu contrato rescindido e será entregue pela Cagece.

Os recursos já executados na entrega são utilizados para ressarcimento da Cagece, executora das obras e para pagamento de despesas de exercício anterior no âmbito do Projeto Farol Novo. As principais dificuldades estão relacionadas ao atraso na execução física, rescisão do contrato e readequação do projeto pela Cagece, além da demora no repasse de recursos pelo agente financiador.

Listamos abaixo alguns pontos que contribuíram para a inexecução verificada no final de 2022, por empreendimento, considerando análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente:

» Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Itaitinga (MAPP 128) - Decorrente da readequação do projeto, foi necessário solicitar à Secretaria das Cidades aditivo de valor ao Termo Cooperação.

» Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário Residencial Cidade Jardim em Fortaleza (MAPP 183) - Foi necessário solicitar à Secretaria das Cidades aditivo de valor ao Termo de Cooperação em decorrência da readequação do projeto. O aditivo foi encaminhado à COSAN para análise em agosto de 2020. Foi reenviado em 29/07/2022 com as atualizações realizadas devido o lapso temporal.

» Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá - 2ª e 3ª etapas (MAPP 141) - Será necessária a elaboração de documentação para aditivo de valor ao Termo de Compromisso com a CEF – Caixa Econômica Federal e a Secretaria das Cidades decorrente da supressão de materiais e equipamentos ao contrato inicialmente pactuado.

10.3.2. Entrega 324-Ligação domiciliar de esgoto realizada (número absoluto)

A entrega Ligação domiciliar de esgoto realizada consiste na implantação de ramal predial que efetiva a ligação domiciliar à rede de esgotamento sanitário.

Houve a entrega de 295 ligações intradomiciliares de esgoto na comunidade do Dendê em Fortaleza (Região 3).

Encontra-se em execução um projeto para realização de 1.000 ligações intradomiciliares na Comunidade do Dendê com recursos do FESB - Fundo Estadual de Saneamento Básico. A empresa foi contratada durante o ano de 2022 e foram entregues 295 ligações intradomiciliares de esgoto até dezembro.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos diretamente arrecadados do FESB, houve uma execução de 72,01% recursos financeiros para contratação da empresa para execução da obra, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 – Recursos Diretamente Arrecadados - FESB	1.500.000,00	1.080.147,81	1.080.147,81	72,01	72,01
TOTAL	1.500.000,00	1.080.147,81	1.080.147,81	72,01	72,01

Fonte: SIMA

A execução de 72% dos recursos financeiros foi utilizada para contratação da empresa para execução da obra.

10.3.3. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega Projeto Elaborado consiste na elaboração de estudos e projetos voltados para a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário.

Estava prevista a entrega de 1(um) projeto elaborado em 2023, porém não houve entrega no ano.

Estão em andamento 5 estudos:

1. Projeto básico e executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário das Praias da Região Oeste, no município de Caucaia, financiado com recursos do PAC (4ª seleção), teve a Ordem de Serviço emitida dia 09/09/2020, e previsão de término 2022. Em novembro de 2021, foi entregue o Plano de Trabalho (Produto 1). Entrega definitiva do Produto 2 (janeiro - agosto 2022) e a entrega parcial do Produto 3 (janeiro - dezembro), foi executado 3,03% da entrega.

2. Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Cascavel. Ordem de Serviço emitida dia 24/06/2021 e previsão de entrega em dezembro/2022. Entregue o Plano de Trabalho de forma parcial (Produto 1).

3. Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Fortaleza - Bacias do Rio Siqueira. Em junho de 2021, foi dada a ordem de serviço e entregue o Plano de Trabalho de forma parcial (Produto 1). Previsão de entrega em abril/2023. Em 2021, foi entregue o Plano de Trabalho definitivo (Produto 1), em abril de 2022 foi entregue Serviços Iniciais, em forma definitiva (Produto 2) e a entrega parcial do Produto 3 (período de janeiro - dezembro), tendo como percentual de execução: 3,03%

4. Elaboração de projeto básico e executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Pacajus/CE. Ordem de Serviço emitida dia 23/06/2021 e previsão de entrega em janeiro/2023. Entregue o Plano de Trabalho de forma parcial (Produto 1).

5. Estudo de Concepção, Projeto Básico e Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Fortaleza /CE, referentes às bacias do Cocó e Muriú (CE-10, CE-11, CD-4, CD-5 e ME-1, ME-2, ME-3 e ME-4), tendo a Ordem de Serviço emitida dia 08/03/2022 e previsão de término em 2024. Foi entregue de forma definitiva os Produtos 1 e 2, no período de janeiro - dezembro.

Os principais problemas estão relacionados à demora do ajuste nas pendências apontadas pela Secretaria das Cidades por parte da empresa contratada e atraso nos repasses feitos pela Caixa. Todos os Contratos tiveram a rescisão unilateral pelo agente financiador, o MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Dividendo - CAGECE. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
3.06 – Dividendos – CAGECE	504.828,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	504.828,11	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira estão relacionadas à demora do ajuste nas pendências apontadas pela Secretaria das Cidades por parte da empresa contratada e atraso nos repasses feitos pela Caixa.

10.3.4. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (número absoluto)

A entrega se refere a Sistemas de esgotamento sanitário que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. Sua implantação gera novas ligações.

Não há meta prevista para 2022.

As obras serão entregues pela Cagece. É executada por meio das fontes de recursos Dividendo-CAGECE e Convênios com órgãos federais. A execução financeira do período foi de 40,85% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos federais	360.349,59	0,00	0,00	0,00	0,00
6.82 - Convênios com órgãos federais	360.349,59	360.349,59	360.349,59	100,00	100,00
1.06 – Dividendos - CAGECE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.06 – Dividendos - CAGECE	161.439,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	882.138,24	360.349,59	360.349,59	40,85	40,85

Fonte: SIMA

Trata-se de Convênio para execução do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES Massapê, que teve as seguintes pendências superadas: Aditivo de Valor em análise pela equipe técnica; Necessidade de ajuste no limite Cogefr; Aguardando Repasse de recurso pela Funasa; e Análise na prestação de contas pela SCIDADES. Sendo assim, o valor utilizado foi para regularizar o pari passu de acordo com o cronograma de desembolso da Funasa.

Em relação à fonte dividendos, fazia-se necessário uma declaração de contrapartida do Governo do Estado para que a Funasa fizesse o desembolso, não sendo necessária utilização do recurso.

Além disso, a mudança do sistema corporativo SIAFE tendo duplicação do valor planejado (Lei + crédito) na fonte 82-Convênios com órgãos federais.

10.4. Iniciativa 621.1.04 - Qualificação do serviço de esgotamento sanitário.

10.4.1. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A iniciativa consiste na otimização ou manutenção de sistemas de esgotamento sanitário existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam melhoria da prestação do serviço e da qualidade do efluente sanitário.

A entrega Projeto Elaborado consiste na elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria de sistemas de esgotamento sanitário. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2022.

10.4.2. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (número absoluto)

A entrega consiste no Sistema de esgotamento sanitário que sofreu intervenção visando melhoria da qualidade do efluente sanitário ou da prestação de serviço, sem incremento de ligações totais.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

As obras serão entregues pela Cagece. A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
1.06 – Dividendos - CAGECE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.06 – Dividendos - CAGECE	2.867.809,53	0,00	0,00	0,00	0,00
2.82 - Convênios com órgãos federais	611.069,80	0,00	0,00	0,00	0,00
6.82 - Convênios com órgãos federais	611.069,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.089.949,13	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece. Os pontos que contribuiram para a inexecução verificada no final de 2022, especificamente no SES Marco, considerando a análise dos ressarcimentos realizada sistematicamente foram a Análise do Aditivo de Valor pela equipe técnica; Necessidade de ajuste no limite Cogerf; Aguardando Repasse de recurso pela Funasa; e Análise da prestação de contas pela SCIDADES.

Além disso, a mudança do sistema corporativo SIAFE tendo duplicação do valor planejado (Lei + crédito) na fonte 82 - Convênios com órgãos federais.

10.5. Iniciativa 621.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de Saneamento Urbano.

10.5.1. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (número absoluto)

Esta iniciativa consiste em incentivar a melhoria da gestão dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e reuso de águas entre os vários parceiros do sistema de saneamento do estado.

A entrega envolve a elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria da prestação de serviços de saneamento básico urbano.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

A entrega trata dos Serviços de Engenharia Consultiva para Gerenciamento, Fiscalização e Assessoria Técnica da Obra de Controle de Perdas no município de Fortaleza e ao Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza por Setores Hidráulicos (01 a 06) que estão contemplados na ação 11557 - Elaboração de estudos para melhoria da eficiência dos serviços de água (IPF - COMP. II).

A entrega deverá ser realizada pela Cagece e é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Houve execução financeira de 82,35%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48.49 - Operações de crédito externas	896.303,17	738.132,01	421.789,73	82,35	47,06
Total	896.303,17	738.132,01	421.789,73	82,25	47,06

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

No âmbito da Secretaria das Cidades não há metas programadas durante o PPA 2020-2023 e as entregas serão realizadas pela Cagece.

O recurso foi utilizado para pagar as três consultorias de empresas cujo pagamento foi sub-rogado à Scidades.

Em relação ao subprojeto “Consultoria Especializada para Implantação de Melhorias nos Processos de Gestão de Empreendimentos da CAGECE”, tendo em vista o valor da proposta vencedora ter ficado quase 25% acima do valor estimado, foi remetida toda documentação negociada para uma análise prévia do Banco Mundial, no início do mês de fevereiro e ainda não houve retorno até a presente data. Tão logo a UGP receba a validação, encaminhará para a CAGECE para dar prosseguimento.

10.5.2. Entrega 137-Conselho mantido (número absoluto)

A entrega refere-se à manutenção do funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Saneamento Básico (CGFESB).

No período de janeiro a dezembro houve a manutenção do Conselho Gestor.

Houve uma reunião deliberativa do Conselho Gestor do FESB, no dia 16 de março, de forma virtual e por isso, não houve necessidade de recursos financeiros.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos diretamente arrecadados pelo FESB. Não houve execução financeira, pois, a reunião do Conselho Gestor foi realizada no formato virtual, de forma que não gerou gastos.

10.5.3. Entrega 467-Projeto apoiado (número absoluto)

A entrega Projeto Apoiado consiste em incentivar a melhoria da gestão dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e reuso de águas entre os vários parceiros do sistema de saneamento do estado.

Está previsto o Gerenciamento, fiscalização e assessoria técnica da obra de controle de perdas no município de Fortaleza financiado com recursos do IPF. A Cagece deverá executar o contrato para futura sub-rogação à Secretaria das Cidades.

No período em análise foi implementado o Programa de Fomento à Aquisição de Hidrômetros, onde foram formalizados Convênios com os partícipes selecionados, através do Edital de Chamamento Nº 001/2021, tendo como objeto a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB, exclusivamente para aquisição de Hidrômetros e seus acessórios de instalação, por meio de Ata de Registro de Preços indicada pela Secretaria das Cidades, como Compra Estadual Cooperada, em consonância ao Decreto Nº 32.824, de 11 de outubro de 2018, e demais normativos pertinentes.

Em 2022 foi realizado a assinaturas dos Convênios com as Prestadoras de Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto.

Foram beneficiados os municípios de Icó, Icapuí, Canindé, Pindoretama, Jardim, Quixeramobim, Boa Viagem e Tabuleiro do Norte.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso Operações de Crédito Externas e recursos diretamente arrecadados - FESB. Houve execução financeira de 48,02%, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48.49 - Operações de Crédito Externas	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70 - Recursos Diretamente Arrecadados - FESB	2.263.728,09	1.327.177,99	1.327.177,99	58,63	58,63
Total	2.763.728,09	1.327.177,99	1.327.177,99	48,02	48,02

Fonte: SIMA

Em relação à fonte 48 - Operações de Crédito Externas não houve execução. A Cagece deverá executar o contrato para futura sub-rogação à Secretaria das Cidades.

Foi executado 58,63% do recurso planejado da fonte FESB para formalização dos convênios.

10.6. Iniciativa 621.1.06 - Promoção da educação e da responsabilidade socioambiental em saneamento. Entrega 237-Evento realizado (número absoluto)

A iniciativa inclui os programas de responsabilidade social, incluindo ações de educação ambiental, teatro de bonecos, atividades temáticas, iniciativas de ajuda à comunidade, eventos, fóruns, visitas porta a porta, entre outras.

Ações de educação ambiental, teatro de bonecos, atividades temáticas, iniciativas de ajuda à comunidade, eventos, fóruns, visitas porta a porta destinadas ao público das comunidades onde são realizadas as intervenções. A entrega é executada pela Cagece.

Não há metas programadas para a Secretaria das Cidades durante o PPA 2020-2023.

10.7. Iniciativa 621.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso. 10.7.1. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (número absoluto)

A iniciativa visa à implantação de estações de tratamento de água de reuso, aquisição de equipamentos para o reuso de águas servidas, reestruturação de estações de tratamento de água ou esgoto existente para a produção de água de reuso.

Trata-se da adequação de um sistema existente ou construção de um novo sistema para o tratamento da água de reuso, incluindo aquisição de equipamentos, obras, serviços de engenharia, entre outros. É executada por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há meta prevista para o ano de 2020, apenas para 2023.

Está previsto o Centro de Reuso de Aquiraz. A entrega será realizada pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que executa com recursos próprios e tem o valor ressarcido pela Secretaria das Cidades.

A entrega será executada por meio da fonte de recurso Dividendos - CAGECE e convênios com órgãos federais. Houve o empenho de 49,95% dos recursos programados, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos federais	1.285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.82 - Convênios com órgãos federais	1.284.357,75	1.284.357,75	0,00	100,00	0,00
1.06 – Dividendos - CAGECE	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.571.357,75	1.284.357,75	0,00	49,95	0,00

Fonte: SIMA

O recurso planejado não foi totalmente executado por conta de uma mudança nos sistemas corporativos do Estado, a saber, o Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (Siafe-CE).

No caso da fonte 82 - Convênios com órgãos federais, foi preciso cadastrar nova dotação orçamentária com mudança do Identificador Exercício Fonte, o que duplicou o valor cadastrado (Lei + crédito) na fonte.

10.7.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A entrega estudos e projetos voltados para a implantação de tecnologias que permitam a produção da água de reuso.

Não havia meta para o ano de 2021, apenas para 2023.

10.8. Iniciativa 621.1.08 - Promoção do planejamento das ações municipais de saneamento. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

A promoção do planejamento das ações municipais de saneamento caracteriza-se pelo apoio técnico, institucional e financeiro realizado pelo Estado do Ceará aos municípios a fim de auxiliar o planejamento do setor, ou, até mesmo, sua atuação direta no planejamento, ao que se refere às

Regiões Metropolitanas. O principal produto desta iniciativa é o Plano Municipal de Saneamento Básico, ferramenta de gestão prevista pela Lei n. 11.445/2007.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é o resultado de um conjunto de estudos que objetiva conhecer a situação atual do município e planejar as ações e alternativas para a universalização dos serviços públicos de saneamento, resultando na promoção do saneamento, da saúde pública e do meio ambiente. A entrega é realizada através de esforços da Secretaria das Cidades por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Em 2021 foram entregues 11 Planos Municipais de Saneamento Básico pela Cagece.

A Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (COSAN) e da Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe (UGP II), segue apoiando o processo de desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão dos serviços de saneamento (Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

De janeiro a dezembro foram entregues 11 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) nos municípios de Campos Sales (Região 1), Acopiara (Região 2), Chorozinho, Guaiúba, Maranguape, Pacatuba (Região 3), Aracati (Região 4), Martinópole (Região 5), Aracoiaba (Região 7), Ibaretama e Choró (Região 9) pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Não houve execução financeira por parte da Secretaria das Cidades pois as entregas foram realizadas pela CAGECE.

10.9. Iniciativa 621.1.09 - Promoção do planejamento estadual do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.

10.9.1. Entrega 1709-Sistema de informação desenvolvido (número absoluto)

A iniciativa visa a otimização das ações do Governo do Estado do Ceará, esta iniciativa inclui as atividades de diagnóstico, análise de viabilidade de cenários e prognóstico da situação do saneamento do Estado, estabelecendo as metas necessárias para a universalização em prazo específico a ser definido. Diretrizes aos contratos de programas a serem firmados entre os municípios e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e orientações de atuação para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) na regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A entrega se trata do desenvolvimento do SISANCE, sistema de informações instituído pela Lei Complementar n. 162/2016 que visa a coleta, tratamento e armazenamento de dados, possibilitando maior transparência das ações e possibilitando a otimização dos investimentos e auxiliando na tomada de decisão. A entrega será executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há programação de entrega para o ano de 2021, apenas para 2023.

Os principais riscos para execução é a falta de recursos humanos e financeiros para realização do mesmo.

10.9.2. Entrega 475-Projeto elaborado (número absoluto)

O Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PAAES) é um instrumento de planejamento das ações de saneamento básico para a implantação gradual de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, incluindo o diagnóstico atual do setor, os programas, ações e metas adequadas para a universalização desses. A entrega será executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan).

Não há programação para o ano de 2022, apenas para 2023.

Quanto ao PAAES foi elaborada a lista Curta, faltando apenas lançar o Edital de Solicitação das Propostas que se encontra em análise pelo IPECE.

Além disso, a atualização do Marco Regulatório do Saneamento ocasionou um atraso nas etapas que envolvem o planejamento do PAAES. Para isso, foi realizada a Contratação de Consultor Jurídico Individual, Especialista em Saneamento básico, para a Adequação do Marco Regulatório à Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em outubro de 2022.

O consultor jurídico entregou o Produto 1, qual seja, Relatório Analítico e Plano de Trabalho. Faltando a entrega dos Produtos 2 a 7 prevista para 2023.

É possível ocorrer novos atrasos em virtude dos Decretos Federais Nº 11.466/23 e 11.467/23 editados em 05/04/2023 pelo Novo Governo Lula visando a atualização do Novo Marco Regulatório do Saneamento Lei Nº 14.026/2020.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Operações de crédito externas (IPF). Houve execução financeira de 12,39% no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - Operações de crédito externo	403.696,83	50.000,00	0,00	12,39	0,00
Total	403.696,83	50.000,00	0,00	12,39	0,00

Fonte: SIMA

Em relação à execução financeira foi utilizada para pagamento do Produto 1 - Relatório Analítico e Plano de Trabalho em dezembro de 2022. O restante do recurso não foi utilizado devido aos atrasos mencionados acima.

10.10. Iniciativa 621.1.10 - Expansão da infraestrutura para o adequado manejo de águas pluviais. Entrega 934-Sistema de drenagem implantado (número absoluto)

A iniciativa inclui a implantação, expansão ou melhoria do sistema composto por estruturas e instalações nas vias urbanas destinadas ao escoamento das águas das chuvas, tais como: sarjetas, bueiros, galerias, dentre outras. Esse sistema canaliza a água de modo a reaproveitar e redirecionar o fluxo para tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, principalmente nas localidades em que possam ocorrer enxurradas e inundações. A entrega se refere ao sistema composto por estruturas e instalações nas vias urbanas destinadas ao escoamento das

águas das chuvas, tais como: sarjetas, bueiros, galerias, dentre outras. Esse sistema canaliza a água de modo a reaproveitar e redirecionar o fluxo para tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, principalmente nas localidades em que possam ocorrer enxurradas e inundações. Poderá ser executada pela Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e Coordenadoria de Obras Urbanas (Courb).

Não há meta programado para o período.

Em dezembro de 2022 foi formalizado o Termo de Cooperação 001/cidades/2022 com a Cagece, tendo como objeto a Implantação de Drenagem na Localidade de Preá, no município de Cruz/CE.

A entrega é executada por meio da fonte de recurso convênios com órgãos federais e Cota-parte do fundo de participação dos estados. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 - cota-parte do fundo de participação dos estados	15.992,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.992,97	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

O recurso não foi utilizado por se tratar de emendas parlamentares.

11. Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622)

O Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural (622) tem como órgão a Secretaria das Cidades. O objetivo é ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. É composto por 7 (sete) iniciativas e são executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan) e Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS). Além desta, executam o programa a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Tabela 21 – Iniciativas e Entregas do Programa Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.	537-Sistema de abastecimento de água implantado	COSAN/UGP PAS	9	7	77,8%
	1073-Sistema de abastecimento de água ampliado	UGP PAS	-	-	Sem programação
622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água.	538-Sistema de abastecimento de água melhorado	UGP PAS	5	0	0,0%
622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.	542-Sistema de esgotamento sanitário implantado	COSAN/UGP PAS	1	0	0,0%
	1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado	UGP PAS	2	0	0,0%
	1595-Módulo sanitário implantado	UGP PAS	15	0	0,0%
622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.	543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado	UGP PAS	2	0	0,0%
	1596-Módulo sanitário melhorado	UGP PAS	50	0	0,0%
622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural.	193-Entidade apoiada	UGP PAS	1	1	100,0%
622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.	467-Projeto apoiado	UGP PAS	1	1	100,0%
	1024-Estudos e projetos realizados	UGP PAS	1	0	0,0%
622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola.	1339-Sistema de reuso de água implantado	COSAN/UGP PAS	1	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

11.1. Iniciativa 622.1.01 - Expansão do acesso a abastecimento de água no meio rural.

11.1.1. Entrega 537-Sistema de abastecimento de água implantado (unidade)

A iniciativa consiste na implantação de soluções de abastecimento de água para domicílios em comunidades rurais através de tecnologias sociais de acesso à água, como cisternas de placas, dessalinizadores solares, cisternas de polietileno, sistemas de abastecimento de água simplificado, poços e chafarizes.

A entrega consiste em sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades rurais do Estado do Ceará. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos. É executada pela Cosan por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e pela UGP PAS por meio do Programa Águas do Sertão.

Em 2022 foram entregues 7 Sistemas de Abastecimento de Água.

No período de janeiro a dezembro/22 foram entregues 4 Sistemas de Abastecimentos de Água (SAA de Quatro Baraúnas em Brejo Santo, Santanas, Lagoa Funda e Pinheiro em Mauriti) na Região do Cariri por meio do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e 3 Sistemas de Abastecimento de Água nas Comunidades de Poço D'água, Edilson Monteiro e Poço Grande no município de Boa Viagem na Região Sertões de Canindé por meio de financiamento do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB.

Por meio do Programa Águas do Sertão encontra-se em execução os sistemas de São José/Palhano com execução física de 73,95% dos serviços e Capim Grosso/Russas com execução física de 77,76% dos serviços. Com relação a essas duas obras, encontram-se com processos de aditivo em análise, o que atrasou a execução da obra. Além disso, há tratativas com órgão externo para autorizações de utilização de áreas para expansão de redes de SAA. As demais obras previstas tiveram atrasos nos processos licitatórios.

Por meio do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) Complexo Beleza e SAA de Gentil estão com execução física concluída aguardando ligação da energia elétrica para entrega. O SAA de Cipó com execução total de 100% e a permissão de uso de área do projeto em processo de desapropriação por parte do proprietário.

Encontram-se em execução os SAA de Malhada, com execução de 18,22%; SAA de Palestina do Cariri com 80,00%. Ainda não iniciadas as obras do SAA da localidade São José em Pedra Branca e SAA de Guassi em Redenção.

Houve execução financeira nas ações orçamentárias referentes às obras do Projeto de Integração do São Francisco (PISF), do Programa Águas do Sertão - PAS e do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB. Os principais problemas que afetaram as entrega e execução financeira estão relacionados aos processos de licitação, licenciamento ambiental, ligação de energia elétrica por parte da Enel e readequação dos projetos para adequar às exigências do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Além de desapropriação do proprietário.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, convênios com órgãos federais, recursos diretamente arrecadados, operações de crédito externas e Cota-parte do fundo de participação dos estados. A execução financeira foi de 66,39% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos federais	46.826.320,92	26.767.558,34	26.767.558,34	57,16	57,16
6.82 - Convênios com órgãos federais	38.253.164,88	15.394.619,73	14.867.772,07	40,24	38,87
2.48.57 - Operações de crédito externas	6.441.485,49	5.116.160,92	4.020.715,82	79,43	62,42
6.48.57 - Operações de crédito externas	2.232.408,11	0,00	0,00	0,00	0,00
1.00 - Recursos Ordinários	213.900,00	109.900,00	109.900,00	51,38	51,38
3.00 - Recursos Ordinários	119.626,68	100.000,00	100.000,00	83,59	83,59
Total	94.086.906,08	47.488.238,99	45.865.946,23	50,47	48,75

Fonte: SIMA

Principais dificuldades para execução do recurso:

Em relação ao Projeto de Integração do São Francisco (PISF), apesar de ter havido uma boa execução, o percentual foi prejudicado pela mudança do sistema corporativo já mencionado anteriormente.

Sobre a implantação dos sistemas no âmbito do Programa Águas do Sertão, os aditivos de valor dos dois contratos de obras foram os maiores fatores de atraso na execução e, conseqüentemente, menor execução orçamentária. Sobre a execução da fonte tesouro, não houveram novas taxas de licenciamento/autorizações, por isso o recurso não foi executado.

11.1.2. Entrega 1073-Sistema de abastecimento de água ampliado (unidade)

A entrega consiste em sistemas de abastecimento de água que se integram a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação, ações que gerarem novas ligações. São compostos por manancial, adutora, estação de tratamento de água, rede de distribuição, reservatório, ligação de água, estação elevatória, entre outros equipamentos.

Não há meta prevista para o ano de 2022, apenas para 2023.

Sobre o programa Águas do Sertão, não foram previstas entregas para o ano de 2022, tendo em vista que a elaboração de projetos dos sistemas de abastecimento de água ainda se encontrava em licitação, aguardando definição de quais comunidades terão ou não redes de ampliação.

Por meio de financiamento do FESB, estão sendo executados as seguintes obras em convênio com os municípios: Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água nas localidades de Passagem dos Francos, Choró e Lagoinha, no município de Cascavel; Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água nas localidades de Choró Estrada Nova e Choró Pedrinhas, no município de Cascavel; Adaptação do Sistema de Abastecimento de Água das comunidades de Patos, Caracará, Lajes e Adjacências no município de Sobral e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água nos Distritos de Baracho e Jordão no município de Sobral, sendo paga a primeira parcela, com entrega prevista para 2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Tesouro, Recurso diretamente arrecadados e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 79,94% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - Recursos diretamente arrecadados - FESB	9.966.381,47	8.049.583,33	8.049.583,33	80,77	80,77
48.57 - Operações de crédito externas	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos Ordinários	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.069.381,47	8.049.583,33	8.049.583,33	79,94	79,94

Fonte: SIMA

Foi utilizado apenas recursos do FESB para execução das entregas. Em relação às fontes 48 - Operações de crédito externas e 00 - Recursos Ordinários não foram utilizados pois os projetos dos sistemas de abastecimento de água ainda se encontrava em licitação, aguardando definição de quais comunidades terão ou não redes de ampliação.

11.2. Iniciativa 622.1.02 - Qualificação do acesso a abastecimento de água. Entrega 538- Sistema de abastecimento de água melhorado (unidade)

A iniciativa consiste na otimização ou manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes que não geram ampliação do número de ligações totais. As intervenções visam redução de perda e melhoria da qualidade de água ou da prestação do serviço.

A entrega Sistema de abastecimento de água que sofreu intervenção, visando redução de perdas e melhoria da qualidade de água ou da prestação de serviço sem incremento de ligações totais. Inclui, portanto, a adoção de inovação tecnológica (por exemplo, painéis solares, equipamentos de cloro, etc.) com o objetivo de reduzir custos, aumentar a resiliência e a eficiência operacional dos sistemas. É executada por meio da UGP PAS.

No período de janeiro a dezembro de 2022 não houve entrega.

Pelo Programa Águas do Sertão está em andamento a obra de melhoria/reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade de Curupati, no município de Jaguaribara. A Ordem de Serviços foi emitida em novembro de 2021. Até dezembro de 2022 a obra encontra-se em execução com um percentual de 98,16% e está em trâmites finais para encerramento do contrato e emissão do Termo de Recebimento da Obra.

A entrega será executada por meio das fontes de recursos Tesouro e Operações de crédito externas e recursos diretamente arrecadados. Houve execução financeira de 78,53%, referente ao empréstimo com o banco Alemão KfW, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48.57 - operações de crédito externas	1.101.000,00	937.312,95	762.963,70	85,13	69,30
00 - Recursos Ordinários	92.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.193.500,00	937.312,95	762.963,70	78,53	63,93

Fonte: SIMA

Os recursos orçamentários para a obra não foram executados na totalidade, tendo em vista dois aditivos de valor e uma solicitação de reequilíbrio econômico financeiro ao contrato nº 025/Cidades/2021, o que ocasionou 3 meses de paralisação do contrato e atraso na conclusão da obra de melhoria/reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água da Comunidade de Curupati, no município de Jaguaribara.

Em relação ao recurso tesouro, não houveram novas taxas de licenciamento/autorizações, por isso o recurso não foi executado.

11.3. Iniciativa 622.1.03 - Expansão do acesso a esgotamento sanitário.

11.3.1. Entrega 542-Sistema de esgotamento sanitário implantado (unidade)

A iniciativa apoiará a construção de estruturas de saneamento local - kits sanitários domésticos (Módulos Sanitários Domiciliares - MSD) ou unidades de tratamento para módulos sanitários existentes - nas comunidades rurais. Além disso, a iniciativa incluirá a implantação de sistemas de esgotamento sanitário.

A entrega se refere à implantação de sistemas de esgotamento sanitário que não se integram a sistemas já existentes. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto - (ETE), estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. No âmbito da Secretaria das Cidades a entrega poderá ser executada pelo Programa Águas do Sertão, uma vez que o Projeto Ceará III finaliza em dezembro 2022 e todas as entregas relacionadas à esgotamento sanitário foram entregues.

Vale ressaltar que o Programa de Saneamento Rural Ceará III tem como objetivo a implantação de soluções individuais e coletivas de esgotamento sanitário nas áreas de atuação dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural na bacia de Banabuiú (SISAR BBA) e na bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (SISAR BBJ). Regista-se que no ano de 2018, registra-se por meio do Programa Ceará III, o projeto de implantação de kits sanitários nos municípios de Russas e Jaguaruana, com a seguinte realização: beneficiamento de 1.340 habitantes com a implantação de 394 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs), sendo 239 MSDs nas localidades de Peixe e Sítio Pau D'Arco, em Russas (Região 14 - Vale do Jaguaribe), beneficiando 813 habitantes; e 155 MSDs nas localidades de Borges e Jiqui, em Jaguaruana (Região 4 - Litoral Leste), beneficiando 527 habitantes. Este produto foi executado por meio da SCidades em parceria com a Cagece.

Além das entregas dos Módulos sanitários, o Projeto Ceará III contemplava as ações de construção das sedes do SISAR de Russas e Quixadá, bem como aquisições de equipamentos para fortalecimento da infraestrutura e logísticas dessas entidades

Não houve entrega no período.

No âmbito do Programa Águas do Sertão encontra-se em licitação os projetos de reabilitação dos sistemas de esgotamento sanitário nas localidades rurais - Panacuí, em Marco; Juritiana, em Acaraú; Missí, em Irauçuba; Araquém, em Coreaú. Até dezembro/2022 foram recebidas 03 propostas e encontram-se em análise pela comissão de avaliação, para posterior elaboração do relatório de avaliação e publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Estado - D.O.E.

No âmbito do Programa Ceará III, até dezembro de 2022 foram concluídas construção das sedes do Sisar de Quixadá e Russas e na aquisição de equipamentos de logística e infraestrutura. As obras foram executadas por meio de Termos de Cooperação com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos diretamente arrecadados e Convênios com órgãos internacionais. A execução financeira foi de 46,85% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.80 - Convênios com órgãos internacionais	3.480.000,00	1.275.287,11	1.275.287,11	36,65	36,65
6.80 - Convênios com órgãos internacionais	1.300.000,00	964.051,74	964.051,74	74,16	74,16
Total	4.780.000,00	2.239.338,85	2.239.338,85	46,85	46,85

Fonte: SIMA

Os recursos para a execução das ações do Ceará III (fonte 80), oriundas da doação do Banco KfW tiveram sua execução abaixo do programado devido à redução do escopo de equipamentos a serem adquiridos para os SISAR de Russas e Quixadá, para que fosse priorizado o recurso na finalização das Sedes. Além disso, o ajuste referente ao ano da receita realizado nas dotações orçamentárias para financiamentos das obras foi outro fator que deixou a execução orçamentária baixa, apesar de as construções da Sedes dos 2 SISARs terem sido finalizadas.

11.3.2. Entrega 1074-Sistema de esgotamento sanitário ampliado (unidade)

A entrega consiste em sistemas de esgotamento sanitário que se integram a sistemas já existentes. Devem ser enquadradas como ampliação e ações que gerarem novas ligações. São compostos por coletor tronco, estação de tratamento de esgoto, estação elevatória, rede coletora, poços de visita, emissário, interceptor, ligações prediais, entre outros equipamentos. Será executada por meio da UGP PAS.

Não houve entrega em 2022.

Foi planejada a entrega de 2 sistemas. Os processos licitatórios não foram iniciados, tendo em vista que o Programa ainda se encontra em fase de licitações para elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário, aguardando definição de quais comunidades terão ou não redes de ampliação.

11.3.3. Entrega 1595-Módulo sanitário implantado (unidade)

A entrega dos módulos sanitários (MDS) completos correspondem a sanitários com vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando tanque séptico. Será executada por meio da UGP PAS.

Não há entrega prevista para 2022.

Os processos licitatórios não foram iniciados, devido ao atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiu-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água.

Houve dificuldade para execução financeira, pois os módulos sanitários previstos no âmbito do Programa Águas do Sertão, com o atraso na assinatura do contrato de empréstimo, decidiram-se priorizar as ações relacionadas ao abastecimento de água. Assim, os processos licitatórios para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário não foram iniciados. Como não houve programação de metas para o ano o recurso previsto não foi necessário.

11.4. Iniciativa 622.1.04 - Qualificação do acesso a esgotamento sanitário no meio rural.

11.4.1. Entrega 543-Sistema de esgotamento sanitário melhorado (unidade)

Será realizada uma ação piloto com famílias que desejem fazer melhorias nos módulos sanitários existentes, usando microcrédito através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF). Os MDS completos incluem vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando tanque séptico.

A entrega consiste em Sistema de esgotamento sanitário que sofreu intervenção, visando melhoria da qualidade do efluente sanitário ou da prestação de serviço, sem incremento de ligações totais.

Não houve entrega no ano de 2022.

Foi prevista a entrega de 2 sistemas. Contudo, os processos licitatórios para a execução dessas obras não foram iniciados. Houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo e, portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram. Com isso, estão sendo priorizadas as ações relacionadas a água.

A entrega é executada por meio das fontes de Recursos diretamente arrecadados e Cota-parte do fundo de participação dos estados. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - Recursos diretamente arrecadados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

11.4.2. Entrega 1596-Módulo sanitário melhorado (unidade)

Esta entrega visa melhorias em módulos sanitários, que incluem vaso sanitário com uso de água, tanque de água, lavanderia, lavatório, chuveiro, caixa de inspeção e tratamento, utilizando fossa séptica.

Não há entregas previstas para 2022.

Foi prevista a entregas de 50 módulos. Contudo, os processos licitatórios para a execução dessas obras não foram iniciados. Houve atraso na assinatura do contrato de empréstimo e, portanto, todos os processos que dependiam deste ato atrasaram. Com isso, estão sendo priorizadas as ações relacionadas a água.

11.5. Iniciativa 622.1.05 - Promoção do Sistema Integrado de Saneamento Rural. Entrega 193-Entidade apoiada (unidade)

Trata-se de uma iniciativa para o fortalecimento do modelo de gestão SISAR, devendo prover assistência técnica para preparar e capacitar seus integrantes para assumirem essas novas funções. Adicionalmente, o INSTITUTO SISAR deve ser fortalecido e capacitado. Esta iniciativa visa provocar o resgate da cidadania, o empoderamento da comunidade, o fortalecimento do associativismo, a educação ambiental e sanitária são os principais desafios no componente socioambiental. A forma de abordagem pode variar de acordo com o público alvo e da obra a ser implantada, bem como a definição dos temas e a metodologia deverão considerar as experiências anteriores de outros programas já executados no meio rural e com foco na universalização do saneamento.

A entrega consiste em fornecer apoio técnico e institucional a entidades relacionadas ao Saneamento Rural. É executada por meio da Secretaria das Cidades pela UGP PAS e pela Cagece.

Em 2022 houve apoio técnico e institucional fornecido pela Secretaria das Cidades e Cagece ao SISAR.

Foram realizados treinamentos de operadores, apoio nas assembleias das associações e articulação com as Prefeituras Municipais.

Está previsto a contratação de uma consultoria para dar apoio técnico às entidades que está em processo de elaboração do Termo de Referência, Edital e Orçamento, bem como a assinatura do Contrato de Doação LAIF - Latin American Investment Facility. O processo licitatório da referida consultoria está sendo em duas fases: pré-qualificação para formação da lista curta de consultores e, posteriormente, a fase de análise das propostas técnicas e financeiras.

Outra ação do Componente de Fortalecimento do SISAR é a execução do subcomponente de Pequenas Melhorias, com recursos do Contrato de Empréstimo. Foi assinado em 29/06/2022 o Termo de Colaboração 001/2022 com o Instituto SISAR para execução, e em 01/08/2022 foi realizado o primeiro repasse financeiro do instrumento. Até dezembro de 2022 foram entregues às primeiras comunidades do SISAR, unidades de floco-decantadores, filtros e fábricas de cloro, dentro da meta de Tratamento do Plano de Trabalho.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Operações de crédito externas e Convênios com órgãos internacionais. A execução financeira foi de 39,92% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
80 - Convênios com órgãos internacionais	1.105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48.57 - Operações de crédito externas	3.905.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	51,22	51,22
Total	5.010.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	39,92	39,92

Fonte: SIMA

A Consultoria de Fortalecimento do SISAR será financiada por meio do Contrato de Doação LAIF, que só foi assinado em outubro de 2021. Portanto, a primeira fase do processo licitatório da Consultoria (Pré-Qualificação) encontrava-se no final do ano de 2021 em atividades preparatórias.

Além disso, outra ação de fortalecimento do Modelo de Gestão SISAR é o subcomponente de Pequenas Melhorias, a ser financiado por meio de recursos do contrato de empréstimo. O subcomponente não foi iniciado, pois até o final do ano de 2021 a UGP PAS encontrava-se em alinhamento junto ao Banco KfW quanto aos critérios técnicos para execução das pequenas melhorias.

11.6. Iniciativa 622.1.06 - Promoção do gerenciamento da política pública de saneamento no meio rural.

11.6.1. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)

Esta iniciativa consiste em incentivar a melhoria da gestão institucional dos diversos programas que atuam no meio rural, contribuindo inclusive para a integração da política de saneamento rural, coordenada pela Secretaria das Cidades em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Recursos Hídricos. Caberá a esta iniciativa a elaboração de estudos, projetos, sistemas. Acerca deste último, tem-se destaque o SIASAR (Sistema de informações em água e saneamento).

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos, bem como, a elaboração de estudos, projetos e sistemas.

Em janeiro de 2021 foi contratada a Gerenciadora do Programa Águas do Sertão.

Em relação ao SIASAR, o sistema deverá aumentar seu escopo no decorrer da implementação do Programa Águas do Sertão - PAS, pois serão levantados todos os municípios que serão beneficiados pelo mesmo. Portanto, tendo em vista os atrasos ocorridos no processo licitatório supracitado, a previsão para contratação para o SIASAR deverá ocorrer somente em 2022.

Os recursos executados no período são relacionados à contratação da Gerenciadora do Programa, por meio de recursos do banco alemão KfW.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos Convênios com órgãos internacionais e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 58,23% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
80.80 - Convênios com órgãos internacionais	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48.57 - Operações de crédito externas	4.004.000,00	2.622.693,72	2.272.693,72	65,50	56,76
Total	4.504.000,00	2.622.693,72	2.272.693,72	58,23	50,46

Fonte: SIMA

As causas para baixa execução financeira foram relacionadas as consultorias financiadas por meio do Contrato de Doação LAIF, sofreram atrasos pois o contrato de doação só foi assinado em outubro de 2021. Sobre os recursos oriundos do contrato de empréstimo, os primeiros pagamentos da Gerenciadora do Programa Águas do Sertão só foram iniciados no segundo semestre de 2021.

11.6.2. Entrega 1024-Estudos e projetos realizados (unidade)

A entrega refere-se a estudos e projetos voltados para a implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no meio rural.

No período de janeiro a dezembro/2021 não houve entrega, pois, os produtos dependem das licitações.

O processo licitatório para contratação de empresas para elaboração dos projetos está finalizado. Aguardando formalização contratual. O primeiro edital que contempla seis municípios está em fase de contratação. O segundo edital com mais quatro municípios em fase de resultado final. O terceiro e o quarto Editais de projetos para reabilitação de SAA foi encaminhado em novembro/2021 e deverá retornar para a secretaria para correção no orçamento e demais peças técnicas. Previsão de retorno para a PGE até o início de fevereiro/2022. O pacote cinco e seis de projetos está em conclusão da fase interna e deverá ir para a PGE em fevereiro/2022.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48.57 - Operações de crédito externas	606.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	606.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Os processos licitatórios para contratação de empresas para elaboração dos projetos sofreram atrasos, pois a licitação do primeiro lote de projetos teve o seu resultado divulgado, no entanto, uma empresa entrou com recurso no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Justiça questionando a cláusula de Volume Anual de Negócios presente no Edital. O processo de contratação está parado aguardando uma decisão do TCE sobre a solicitação em questão. Tal problemático afetou o andamento dos demais pacotes de projetos.

11.7. Iniciativa 622.1.07 - Implantação do serviço de produção da água de reuso para produção agrícola. Entrega 1339-Sistema de reuso de água implantado (unidade)

A iniciativa visa à implantação de soluções de tratamento de água de reuso. A entrega se trata da adequação de um sistema existente ou construção de um novo sistema para o tratamento da água de reuso, incluindo aquisição de equipamentos, obras, serviços de engenharia, entre outros.

Não houve entrega no período.

Foi planejada a entrega do Centro de Reuso no município de Aquiraz pela Coordenadoria de Saneamento. Apesar de ter sido firmado contrato com a empresa que executaria a obra, após assinatura do contrato para a construção, tendo em vista as dificuldades de comunicação com a contratada, a Cagece teve que rescindir o referente contrato, iniciando assim um novo processo licitatório. Houve ainda um ajuste na revisão do PPA para o ano de 2022. Nesse reajuste, foi identificado que o Centro de Reuso de Aquiraz, também foi informado no Programa de Abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Dessa forma, não há previsão de entrega no ano de 2021.

A entrega poderia ser executada por meio das fontes de recursos de Convênios com órgãos federais e Operações de crédito externas. Não houve execução financeira no período, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
82 - Convênios com órgãos federais	900.585,54	0,00	0,00	0,00	0,00
48.57 - Operações de crédito externas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	905.585,54	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Conforme descrito acima, a principal dificuldade para não ocorrer execução financeira foi o planejamento em outro programa orçamentário.

12. Programa Matriz energética do estado do Ceará (711)

O Programa Matriz energética do estado do Ceará (711) tem como órgão Gestor a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do programa é promover a segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado. É composto por 12 (doze) iniciativas das quais apenas 1 (uma) será executada pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS).

Tabela 22 – Iniciativas e Entregas do Programa Matriz energética do estado do Ceará – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural.	1566-Projeto de energia renovável implantado	UGP PAS	1	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

12.1. Iniciativa 711.1.04 - Implantação de tecnologias de energias renováveis no meio rural. Entrega 1566-Projeto de energia renovável implantado (unidade)

Esta iniciativa inclui estudos, projetos e aquisição de tecnologias visando a redução dos custos em energia, de forma a desonerar o custo de manutenção dos sistemas de abastecimento de água no meio rural, como a implantação de painéis solares.

A entrega consiste na implantação de projetos de sistemas de energia renováveis (solar, eólicas, etc) tendo por objetivo promover a geração e aumento da renda da população rural. O objetivo é implantar painéis solares nas estações de tratamento de água no meio rural visando reduzir os custos para operacionalização do sistema. Será executada por meio da UGP PAS.

Não houve entrega no ano de 2022.

Havia previsão de implantação como Projeto Piloto na localidade de São Felipe no município de Brejo Santo no ano de 2022. No entanto, projeto encontra-se em revisão visando posterior abertura do processo licitatório.

A entrega é executada por meio da fonte de recursos Operações de crédito externas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pag o (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.48 - Operações de crédito externas	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

O orçamento não foi executado pois ocorreram atrasos na preparação da licitação do projeto de Brejo Santo.

13. Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722)

O Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas (722) tem como órgão Gestor a Secretaria das Cidades. Tem como objetivo melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas. É composto por 6 (seis) iniciativas e 5 (cinco) foram executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Revitalização de áreas degradadas – RMF (COREV) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (CODUR). A Secretaria da Saúde (SESA) também colaboram com as execuções do programa por meio do Projeto Distrito de Inovação em Saúde do Porangabussu.

Tabela 23 – Iniciativas e Entregas do Programa Revitalização de áreas urbanas degradadas – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.	175-Dragagem executada	COREV	-	-	Concluído
	45-Área urbanizada	COREV	3	2	66,7%
722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.	175-Dragagem executada	COREV	-	-	Concluído
	45-Área urbanizada	COREV	1	0	0,0%
722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê.	45-Área urbanizada	COREV	1	0	0,0%
722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas.	425-Plano elaborado	CODUR	-	-	Concluído
722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas.	467-Projeto apoiado	COREV	1	1	100,0%
722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.	45-Área urbanizada	COREV	-	-	Descontinuada

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

13.1. Iniciativa 722.1.01 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Maranguapinho.

13.1.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).

A iniciativa consiste na retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental, melhorando as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco. Promove a delimitação dessa área, com uma via paisagística e com a recuperação socioambiental do Rio. Além de realização da desobstrução

das calhas para controle de cheias, com de serviços de dragagem, limpeza do leito e definição da calha considerando as vazões de 20 anos de recorrência.

A entrega se refere à Dragagem do Rio Maranguapinho no trecho compreendido entre a Av. Fernandes Távora e a Barragem Maranguapinho. É executada por meio da COREV.

Em 2020 foram concluídos os serviços de dragagem nos 9km previstos.

13.1.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A entrega Área Urbanizada do Rio Maranguapinho compreende a implantação de via paisagística com ciclovia e áreas de esporte e lazer (praça) nos trechos: Trecho II (Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva) , Trecho III A, margem direita (Av. Osório de Paiva à Av. Jardim Fluminense), Trecho IIIB - Av. Jardim Fluminense ao 4º Anel Viário, Trecho IV, margem direita (4º Anel viário até as proximidades da Barragem Maranguapinho e Trecho Zero , margem direita (Av. Mister Hull à Av. independência).

Concluída em 2022 a urbanização de 2 trechos do Projeto Rio Maranguapinho: Trecho II -margem direita e Trecho III B - ambas as margens.

Encontra-se em andamento, a urbanização do Trecho II - margem esquerda com 64,31% dos serviços executados, na urbanização do Trecho IV - margem direita com 80,81%, que tinha previsão para concluir em 2022, porém o período chuvoso gerou atrasos como também necessidade de acréscimo de serviços e urbanização do Trecho Zero com 35,80%, cujo contrato com a Lomacon foi rescindido em maio e será relicitada em 2023.

Além disso, encontra-se em continuidade as negociações de desapropriação para abrir frente de obra para o Trecho II margem esquerda, Trecho IV e Trecho Zero.

Resumindo, até o final de 2022, os trechos obtiveram o seguinte desempenho:

- Concluída a obra de urbanização do trecho II Margem Direita - Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva;
- Concluída a obra de urbanização do trecho IIIB - Av. Jardim Fluminense ao 4º anel viário;
- Executado 64,31% da obra de urbanização do trecho II Margem Esquerda - Av. Senador Fernandes Távora à Av. Osório de Paiva;
- Executado 80,81% da obra de Urbanização do Trecho IV, Margem Direita - Anel Viário à Barragem Maranguapinho.
- Executado 35,80% da obra de urbanização do trecho ZERO - Av. Mister Hull à Av. Independência.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop, Convênios com órgãos federais, Operações de Crédito Internas e Cota-parte do fundo de participação dos estados. A execução financeira foi de 81,05% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com Órgãos Federais	12.586.890,50	9.756.777,41	9.756.777,41	77,52	77,52
6.82 - Convênios com Órgãos Federais	4.014.000,00	3.739.230,70	2.627.294,15	93,15	65,45
46.38 - Operações de crédito internas	390.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Recursos provenientes do Fecop	14.797.428,09	11.431.166,66	11.258.794,72	77,25	76,09
01 - Cota-parte do fundo de participação dos Estados	2.762.100,00	2.531.842,82	2.308.909,56	91,66	83,59
00 - Recursos ordinários	6.156.659,15	5.532.171,31	5.530.780,24	89,86	89,83
Total	40.707.077,74	32.991.188,90	31.482.556,08	81,05	77,34

Fonte: SIMA

A execução financeira correspondeu a pagamento das desapropriações, fonte Fecop e Tesouro e para as obras de urbanização, fonte Tesouro e OGU.

Apesar de ocorrer um bom desempenho nas fontes de recursos, não houve execução financeira da fonte 46 – Operações de crédito internas destinada ao pagamento de Indenização de Benfeitorias a Famílias Afetadas pelas Obras de Requalificação do Projeto Rio Maranguapinho (CPAC). Esses recursos não foram utilizados, pois a Caixa (agente financiador) aguarda a prestação de contas de uma parcela anterior que não foi possível ser encaminhada, por falta do documento de Imissão na posse já que a desapropriação corre nas vias judiciais.

13.2. Iniciativa 722.1.02 - Requalificação urbana e ambiental do Rio Cocó.

13.2.1. Entrega 175-Dragagem executada (unidade).

A iniciativa consiste na retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental, melhorando as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco. Promove a delimitação dessa área com uma via paisagística e a recuperação socioambiental do Rio, além da desobstrução da calha para controle de cheias com serviços de dragagem, limpeza do leito e definição da calha considerando as vazões de 20 anos de recorrência.

A entrega consiste na Dragagem do Rio Cocó no trecho compreendido entre a BR 116 e Av. Paulino Rocha e trecho do encontro do Rio com a Av. Raul Barbosa com o Canal da Aerolândia à Av. Engenheiro Santana Junior.

A dragagem do Rio Cocó foi concluída em 2021.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito internas. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46.56 - Operações de crédito internas	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

A dragagem do Rio Cocó foi entregue na totalidade no final do ano de 2021. A Proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2022, foi elaborada em agosto de 2021 quando ainda não havia sido concluída a obra e por isso, foi programado um valor na fonte 46, caso não fosse realizado o pagamento no ano de 2021. Tendo sido realizado, o valor não precisou ser utilizado no ano de 2022.

13.2.2. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A entrega se refere à Urbanização das margens do Rio Cocó compreendendo implantação de via paisagística com ciclovia e áreas de esporte e lazer (praça) nos trechos: Trecho I (Av. Presidente Costa e Silva à Av. Val Paraíso), Trecho II, margem direita, entre a Av. Costa e Silva e Av. Paulino Rocha, Trecho II, margem esquerda (Av. Dep. Paulino Rocha à Av. Pompílio Gomes), Trecho Zero, margem Direita (Av. Val Paraíso à Barragem Cocó) e Trecho III, margem esquerda (Rua José Albino à Av. Dep. Paulino Rocha).

Não houve entrega no período de 2022.

Em 2022 foi dada continuidade a obra do trecho II ME restante (entre Av. Paulino Rocha até Av. Pompílio Gomes) estando 48,50% dos serviços executados. A obra não foi entregue em 2022, devido ao período chuvoso que gerou atrasos na obra devido aos serviços de terraplanagem, e a existência de alguns imóveis ainda a serem desapropriados, inclusive um judicial aguardando imissão na posse. O Trecho III margem esquerda que estava contratado, a empresa solicitou em Julho rescisão do Contrato por falta de frente de serviço, será relicitado. As negociações foram iniciadas em Abril/22.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop, Convênios com órgãos federais e operações de crédito internas. A execução financeira foi de 50,27% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos federais	3.940.504,13	1.296.470,63	1.296.470,63	32,90	32,90
6.82 - Convênios com órgãos federais	600.000,00	464.379,87	428.622,62	77,40	71,44
46.56 - Operações de crédito internas	5.614.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.10 - Recursos provenientes do Fecop	10.304.533,33	6.433.171,65	6.433.171,65	62,43	62,43
3.10 - Recursos	2.527.105,25	2.510.462,23	2.510.462,23	99,34	99,34

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
provenientes do Fecop					
1.00 - Recursos ordinários	4.542.000,00	3.802.454,13	3.785.620,06	83,72	83,35
3.00 - Recursos ordinários	322.000,00	322.000,00	322.000,00	100,00	100,00
Total	26.138.142,71	13.140.319,56	13.087.728,24	50,27	50,07

Fonte: SIMA

As dificuldades para execução financeira foram:

Em relação à fonte 82, o período chuvoso de 2022 e a presença de imóveis na área, gerou atraso na execução física da obra de urbanização do Trecho II margem esquerda, prejudicando a execução financeira.

Em relação à fonte 46, a demora nos processos de desapropriação dos imóveis existentes na área da obra da Via de Proteção Ambiental do Trecho III margem esquerda, não foi possível iniciar a obra e a empresa contratada solicitou rescisão por falta de frente de serviço.

13.3. Iniciativa 722.1.03 - Requalificação Urbana da Comunidade Dendê. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A iniciativa consiste na implantação de infraestrutura e abertura de ruas de forma a possibilitar a circulação de veículos e serviços urbanos nas áreas já consolidadas, na área de intervenção definida no Projeto Dendê.

A entrega consiste na urbanização de áreas na Comunidade do Dendê compreendendo pavimentação e/ou alargamento de vias existentes, construção de novas vias e passeios, praças e galerias de drenagem, a ser implantada em duas etapas, a 1ª etapa numa área de 19,22 ha (da Baixada até a Rua do Comércio) e a 2ª etapa numa área de 18,37ha (da Rua do Comércio até o limite sul da Comunidade).

Não houve entrega em 2022.

A obra de urbanização da comunidade Dendê encontra-se com 37,31% executado. O Contrato da empresa LOMACON que estava executando a obra foi encerrado em Agosto, pois foi acordado não prorrogar empresa com dificuldades de executar devido defasagem de preços gerado pela pandemia. Será relicitado. Para execução da obra estão sendo negociadas as desapropriações de imóveis para abertura de frente de serviço.

As obras de Saneamento Básico que são de responsabilidade da CAGECE vêm executando desde março/21, de forma satisfatória. O Projeto de Urbanização e Sistema Viário está sendo atualizado, revisando as afetações dos imóveis habitacionais, visando reduzir a quantidade de desapropriações que atrasam sempre o cronograma das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro, Recursos provenientes do Fecop, Cota-parte do fundo de participação dos estados e Operações de crédito internas. A execução financeira foi de 39,67% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
46.56 - Operações de crédito internas	4.200.000,00	941.098,48	412.058,56	22,41	9,81
1.10 - Recursos provenientes do Fecop	5.364.533,33	1.997.163,42	1.997.163,42	37,23	37,23
3.10 - Recursos provenientes do Fecop	1.006.020,57	481.096,69	481.096,69	47,82	47,82
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	767.000,00	587.134,66	587.134,66	76,55	76,55
00 - Recursos ordinários	850.000,00	828.663,85	828.512,22	97,49	97,47
Total	12.187.553,90	4.835.157,10	4.305.965,55	39,67	35,33

Fonte: SIMA

As principais dificuldades para execução financeira foram:

O baixo desempenho da fonte 10 – recursos provenientes do Fecop, como já foi dito, a empresa não deu continuidade a obra de urbanização, que será relicitada em 2023, restando somente a execução das obras de saneamento. Com isso houve uma redução no ritmo das negociações das desapropriações.

Quanto as fontes 46 - Operações de crédito internas e 01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados (FGTS e contrapartida), a baixa execução das mesmas ocorreu devido aos bloqueios judiciais dos recursos da conta do Projeto que vem impedindo o fluxo normal dos recursos.

13.4. Iniciativa 722.1.04 - Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas. Entrega 425-Plano elaborado (unidade).

A iniciativa Expansão do conhecimento técnico-científico sobre a degradação de áreas urbanas corresponde ao desenvolvimento de pesquisas, estudos e planos visando à recuperação de áreas urbanas degradadas nas regiões metropolitanas do Estado.

A entrega contempla a elaboração de Plano Integrado de Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas e de Regularização Fundiária (PIRF) para as áreas degradadas e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) dos municípios das regiões metropolitanas do Estado. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da Codur.

De janeiro a dezembro, não foram previstos nenhuma entrega ou elaboração de novo plano ou novo termo de descentralização para esse fim.

Em 2020 foi entregue o Plano Integrado de Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas e de Regularização Fundiária (PIRF).

13.5. Iniciativa 722.1.05 - Promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade).

A iniciativa promoção do gerenciamento da política pública de revitalização das áreas degradadas permitirá a execução dos serviços de apoio técnico e operacional ao desenvolvimento da política.

Encontra-se em execução os serviços de apoio e operacional à política pública de revitalização das áreas degradadas, mediante a contratação de colaboradores terceirizados e do Contrato de Gestão.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Cota-parte do fundo de participação dos estados. A execução financeira foi de 99,24% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	1.763.653,01	1.753.653,01	1.325.300,00	98,87	98,87
00 - Recursos ordinários	11.438.015,01	11.348.293,17	10.969.443,98	91,57	91,57
Total	13.201.668,02	13.101.946,18	12.294743,98	99,24	93,13

Fonte: SIMA

13.6. Iniciativa 722.1.06 - Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Entrega 45-Área urbanizada (unidade).

A iniciativa se refere à implementação da primeira etapa do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas mais efetivas na promoção e atenção à saúde, estruturar campo de experimentação em saúde integrado a ações de inovação urbana, econômica e social, promover o desenvolvimento socioeconômico inclusivo da população.

Em acordo com o Governador do Estado ficou decidido que a obra passaria ser executada pela Superintendência de Obras Públicas – SOP que já deu início aos processos licitatórios para realizar a obra de urbanização.

Somado a isso, em tratativas com a Secretaria da Saúde – SESA e Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, foi identificado que a entrega se adequava melhor ao Programa de Promoção da Requalificação Urbana (341) e no momento da revisão do PPA, no final do ano de 2021, a iniciativa foi excluída do atual programa (722) e adicionada ao (341) a ser executada unicamente pela SOP.

14. Programa Resíduos Sólidos (726)

O Programa Resíduos Sólidos tem como órgão Gestor a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e o objetivo é reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana. É composto por 4 (quatro) iniciativas executadas pela Secretaria das Cidades, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano do Polos Regionais – Cidades do Ceará Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II).

Tabela 24 – Iniciativas e Entregas do Programa Resíduos Sólidos – Órgão Executor Secretaria das Cidades – 2022.

Iniciativa	Entrega	Executor	Meta 2022		% Execução PPA
			Programado	Realizado	
726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.	1509-Assessoria realizada	COSAN	3	3	100,0%
	1721-Manual técnico disponibilizado	COSAN	-	-	Sem programação
726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.	1496-Central de Tratamento Implantada	UGP II	-	-	Sem programação
	1722-Unidade de Tratamento Implantada	UGP II	12	15	125,0%
	475-Projeto elaborado	COSAN	1	1	100,0%
726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem.	1725-Catador beneficiado	COSAN	-	-	Sem programação
726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano.	467-Projeto apoiado	UGP II	2	0	0,0%

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

14.1. Iniciativa 726.1.01 - Qualificação da gestão de resíduos sólidos no âmbito regional e municipal.

14.1.1. Entrega 1509-Assessoria realizada (unidade)

A iniciativa se refere à qualificação dos processos e dos instrumentos consiste na elaboração normas, procedimentos, estudos, capacitação da equipe técnica municipal para a implementação da política de gestão integrada e consorciada de resíduos sólidos.

A entrega refere-se à prestação de assessorias às equipes municipais por meio de eventos para elaboração de leis, decretos, manuais de procedimentos, voltados para gestão financeira,

administrativa, jurídica de consórcios, bem como para implantação e operação de modelos tecnológicos da gestão integrada de resíduos sólidos. É executada pela COSAN.

Em 2022 a Secretaria das Cidades assessorou os consórcios intermunicipais para gestão de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Sobral, Região do Vale do Jaguaribe e da Região Central do Cariri.

Atividades de caráter continuado e não-orçamentário. Trata de assessoria aos consórcios intermunicipais para gestão de resíduos sólidos nos quais a SCIDADES possui projetos em implantação.

Foram desenvolvidas atividades de organização institucional, mas em relação ao COMARES CARIRI (Consórcio da Região Central do Cariri), desenvolveu-se também articulação para aprovação do terceiro aditivo ao contrato de consórcio público em todas as Câmaras Municipais (exceto em Juazeiro), planejamento anual, reuniões e atualização da nova equipe gestora do consórcio e dos municípios em relação ao projeto de estruturação da concessão do manejo de resíduos em curso.

Houve articulação para logística reversa de vidro para Limoeiro, e foram realizadas diversas reuniões para discutir a situação de Juazeiro e o impacto desta para o Consórcio e Projeto em parceria com a Scidades. Além disso, houve uma visita técnica de reconhecimento de experiências francesas de consorciamento público na área de manejo de resíduos e de unidades de beneficiamento, tratamento e recuperação de resíduos no âmbito da parceria público-privado, com a participação do COMARES CARIRI e SCidades.

14.1.2. Entrega 1721-Manual técnico disponibilizado (unidade)

A entrega consiste em elaboração de manuais técnicos que contenham estratégias, orientações, procedimentos para a implementação da política de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios e consórcios.

Não houve entregas no período.

Estes manuais foram inseridos no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração 001/CIDADES/2018 que estava sendo executado pela FASSTEF e fora encerrado em 2020. Apesar dos esforços para elaboração dos Manuais, inclusive com corpo técnico da própria Secretaria, salienta-se que não há metas previstas para 2022 e 2023.

14.2. Iniciativa 726.1.02 - Expansão dos serviços de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos.

14.2.1. Entrega 1496-Central de Tratamento Implantada (unidade)

A iniciativa consiste na oferta de estudos técnicos e projetos executivos, bem como a implantação de infraestruturas e equipamentos de tratamento de resíduos sólidos urbanos e recuperação de áreas degradadas por lixões.

Entende-se por central de tratamento de resíduos sólidos implantada a estrutura destinada a aterro sanitário, tratamento de resíduos de saúde, resíduos orgânicos, oriundos da construção civil e outras formas de aproveitamento dos resíduos. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da UGP II.

Não havia previsão de entrega no período.

No período de janeiro a dezembro de 2022 foi concluído 46,50% do serviço. Até novembro já foi realizada a concretagem do piso da Unidade de compostagem, realização da coberta metálica na Unidade de Resíduos dos Serviços de Saúde, movimentação de terra e continuação da limpeza da trincheira e compactação do solo. Foi realizada a execução de limpeza na área da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto, estruturação da trincheira para suporte nas chuvas e mobilização para retorno da equipe em janeiro de 2023.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Cota-parte do fundo de participação dos estados. A execução financeira foi de 99,11% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
01 - Cota-parte do fundo de participação dos estados	2.185.000,00	2.183.769,82	2.122.842,37	99,94	97,16
00 - Recursos ordinários	6.296.269,41	6.222.228,26	6.158.153,26	98,82	97,81
Total	8.481.269,41	8.405.998,08	8.280.995,63	99,11	97,64

Fonte: SIMA

Não houve dificuldades para execução financeira no período.

14.2.2. Entrega 1722-Unidade de Tratamento Implantada (unidade)

Refere-se à unidade de tratamento de resíduos sólidos implantada para executar pelo menos uma das seguintes etapas do processo: triagem, segregação, reciclagem, compostagem e armazenamento de resíduos sólidos urbanos. É executada pela Secretaria das Cidades por meio da UGP II.

No período de janeiro a dezembro foram entregues 15 Centrais Municipais Reciclagem.

As centrais municipais beneficiaram os municípios de Ererê, Iracema, Potiretama, Quixeré e São João do Jaguaribe (Região 14 - Vale do Jaguaribe) e Meruoca, Pires Ferreira, Graça, Frecheirinha, Groaíras, Pacujá, Coreaú, Varjota, Reriutaba e Santana do Acaraú (Região 11- Vale do Acaraú).

Das entregas a ser realizada pelo Programa de Desenvolvimento do Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, resta apenas a CMR do município de Moraújo. A obra teve problemas com licenciamento e definição do terreno por parte da prefeitura municipal. Após a definição, a prefeitura foi notificada para a realização dos ensaios de solo, topografia e laboratório, para que a empresa contratada inicie a execução. A empresa FT Construções LTDA iniciou a mobilização para início da execução.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro. A execução financeira foi de 69,28% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	3.340.000,00	2.313.948,89	2.313.811,40	69,28	69,28
Total	3.340.000,00	2.313.948,89	2.313.811,40	69,28	69,28

Fonte: SIMA

A empresa Borges Construções responsável pela entrega das CMRs do Vale do Jaguaribe teve contrato rescindido por problemas financeiros e, portanto, não concluiu as obras.

14.2.3. Entrega 475-Projeto elaborado (unidade)

A entrega consiste na elaboração de solução para manejo e tratamento de resíduos sólidos urbanos de consórcios municipais a partir de estruturação jurídica, tecnológica e econômico-financeira para futura concessão e projetos executivos de engenharia para implantação de infraestrutura e equipamentos de triagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos. É executado por meio da Cosan.

Conclusão do projeto de estruturação do Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Cariri.

Em 2022, a estruturação do projeto foi concluída, tendo sido realizada consulta pública, o Edital fora submetido à análise do TCE e fora publicado e o leilão ocorreu na B3 em dezembro.

Houve execução financeira de todo recurso disponível, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	390.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	390.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Esta entrega é não-orçamentária. Entretanto, o valor contratado só seria efetivamente aportado pelo Estado em caso de fracasso da licitação (e outras situações semelhantes previstas em contrato). Sendo assim, como a licitação ocorreu em meados de dezembro de 2022 e a concessão está em vias de ser contratada pelo consórcio da Região Metropolitana do Cariri, não houve necessidade de devolução de recursos, pelo Estado, ao Fundo contratado.

14.3. Iniciativa 726.1.03 - Expansão da atividade econômica da reciclagem. Entrega 1725-Catador beneficiado (unidade)

A iniciativa consiste na redução de resíduos dispostos em aterros sanitários ou em lixões, reduzindo os impactos ambientais gerados, além de gerar emprego e renda para a categoria de catadores, otimizando o mercado de reciclagem.

A entrega consiste no assessoramento da categoria de catadores com a finalidade de promover melhoria de qualidade de vida destes, incentivando-os a produzirem de forma associada, fomentando a inclusão destes na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos. É executada por meio da COSAN.

Não havia previsão de entrega para o período.

No período de janeiro a dezembro/2022 não houve execução física nem financeira. Foram preparados alguns processos de contratação para execução de atividades que podem ser realizadas considerando as restrições de aglomeração em decorrência da pandemia. Concluído o aditamento de prazo do projeto junto ao Ministério da Cidadania, dando prazo para conclusão das atividades iniciadas antes da pandemia. Aprovado o uso dos rendimentos para aquisição de equipamentos, os quais foram licitados, e os computadores estão em processo de contratação.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Convênios com órgãos federais. Não houve execução financeira, conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
2.82 - Convênios com órgãos federais	2.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.00 - Recursos ordinários	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIMA

Os processos licitatórios iniciados em julho e dezembro/2022, para aquisição de computadores e equipamentos, não foram concluídos. Os processos de contratação de consultoria ainda não foram iniciados.

14.4. Iniciativa 726.1.04 - Promoção dos serviços de apoio técnico e operacional para o desenvolvimento urbano. Entrega 467-Projeto apoiado (unidade)

A iniciativa irá permitir a execução dos serviços de Apoio Técnico e Operacional à Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

O projeto apoiado refere-se aos contratos de serviços prestados pela gerenciadora e/ou supervisora dos projetos.

Não houve entrega no período.

O serviço de Consultoria se fez necessário a fim de atuar de forma integrada com a UGP - CIDADES II no apoio a preparação de todas as informações no contexto do gerenciamento e Acompanhamento do Programa, assim como, no assessoramento ao planejamento e controle geral dos projetos; pelo registro e controle administrativo e fiduciário (aquisição e Desembolso); pelo controle e registro das movimentações financeiras; pelo acompanhamento técnico e ambiental, no que dizia respeito às obras e consultorias; e pelo monitoramento e avaliação do Programa conforme Regulamento Operacional do Programa.

Considerando, porém, o remanescente dos compromissos assumidos por esta unidade orgânica no que concerne Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Jaguaribe / Vale do Acaraú, com destaque para a construção da Central de Tratamento de Resíduos de Limoeiro do Norte, está sendo licitado um novo contrato de supervisão, que terá como foco principal o acompanhamento e fiscalização das obras.

A entrega é executada por meio das fontes de recursos de Tesouro e Operações de crédito externas. A execução financeira foi de 82,15% (empenhado), conforme tabela abaixo.

Fonte	Lei + Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
00 - Recursos ordinários	1.682.000,00	1.381.839,76	1.381.839,76	82,15	82,15
Total	1.682.000,00	1.381.839,76	1.381.839,76	82,15	82,15

Fonte: SIMA

Apesar de não haver entrega houve execução financeira. O valor foi utilizado com Despesa de Exercício Anterior para realizar os pagamentos remanescentes, após o encerramento do contrato de empréstimo com o BID.